

Quem disse ?

«O projecto Meco viola todas as normas em que se fundamenta o direito de ordenamento do território e constitui uma clara ameaça a valores muito relevantes do nosso património natural»

José Sócrates
Diário de Notícias
10 de Dezembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



PR presta contas ao eleitorado

«Quero dizer-vos» de Jorge Sampaio

Apontamentos e reflexões sobre o percurso de Portugal nos últimos cinco anos. É assim como Jorge Sampaio define o livro que lança, na próxima semana, com o título «Quero dizer-vos», da Notícias Editora. A obra, segundo o autor, representa «uma forma de prestação de contas» ao eleitorado, em que justifica também o modo como tem desempenhado o seu mandato e que lhe tem valido críticas inflamadas dos seus opositores.

No preâmbulo ao livro «Quero dizer-vos», Sampaio diz que nele procura ainda lançar para o debate eleitoral as questões que considera serem as mais relevantes para o nosso país. Jorge Sampaio lembra qual o papel – arbitral e moderador – do chefe de Estado e reafirma que exerceu uma magistratura de influência «com vista a mobilizar a sociedade para a resolução dos grandes e verdadeiros problemas» que se lhe colocam. «O País necessita de reformas, não necessita de crises políticas artificiais ou de conflitos institucionais», sustenta o candidato em defesa do modo como desenvolveu o seu mandato e respondendo aos adversários políticos que não têm poupado esforços para provocar instabilidade.

Sampaio assinala que «(ouve) com uma indulgência, que só a experiência concede, aqueles que não entendem que a leitura que (faz) dos poderes atribuídos pela Constituição ao Presidente da República e o modo como (exerce) essas funções não estão sujeitos a flutuações conjun-turais».

Além do prefácio, o livro tem capítulos dedicados ao Estado e às suas responsabilidades, à República e seus valores, à Democracia e aos seus desafios, à Nação e a sua identidade.

Cimeira de Nice teve o melhor resultado possível

GUTERRES SALVAGUARDOU INTERESSE NACIONAL



Naquela que foi a cimeira de chefes de Estado e de Governo mais difícil de sempre para Portugal, António Guterres liderou a contestação dos pequenos e médios países contra a tentativa das grandes potências europeias de subverterem as regras de equilíbrio existentes na União Europeia. De acordo com o primeiro-ministro, o acordo saído da presidência francesa é o melhor possível, preserva a voz do país nas instituições comunitárias e, por isso, deverá ser ratificado pela Assembleia da República.

Política

Presidenciais Sampaio insiste no combate à abstenção



O candidato apoiado pelo PS às presidenciais, Jorge Sampaio, apelou no dia 11, em Beja, ao combate à abstenção e incentivou à participação dos eleitores, independentemente das suas opções políticas.

Governo

Prevenção da criminalidade Escolhas juvenis...



O Executivo socialista vai implementar um programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «Escolhas». O Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens – «Escolhas» – tem por base um levantamento de dezenas de projectos e acções em curso e a audição de entidades que trabalham na inserção de crianças e jovens dos quais resultou a opção pelos 50 bairros onde se pretende que o «Escolhas» tenha projectos experimentais de prevenção da criminalidade e inserção de jovens.

Um questão de princípios

Portugal, mais uma vez, mostrou que tem uma política europeia bem definida e um entendimento da União Europeia como um todo, o que corresponde à necessidade da União Europeia ser mobilizada pelas grandes questões ligadas aos interesses dos seus cidadãos, condição essencial para que o projecto europeu se mantenha próximo dos seus destinatários. Neste sentido, a compatibilização da eficácia de uma União Europeia alargada, com a preservação dos equilíbrios essenciais entre os Estados e as instituições, torna-se primordial. Aliás, foi exactamente por estes princípios que António Guterres se bateu brilhantemente e com sucesso, na Cimeira de Nice.

Segundo o primeiro-ministro, em Nice, Portugal «lutou não tanto por números, mas, sobretudo, por princípios». Neste sentido, a ratificação pela Assembleia da República do Tratado de Nice é um gesto que não deve deixar dúvidas, até porque se trata de «um bom acordo para a Europa e para Portugal».

Também para Jorge Sampaio, se trata de um acordo fundamental que se traduz na fixação, pela primeira vez na história das instituições europeias, do princípio da igualdade absoluta dos Estados no quadro da União Europeia.

Naquela que foi a cimeira de chefes de Estado e de Governo mais difícil de sempre para Portugal, António Guterres liderou a contestação dos pequenos e médios países contra a tentativa hegemónica das grandes potências europeias de subverterem as regras de equilíbrio existentes na União Europeia. De acordo com o primeiro-ministro, o acordo saído da presidência francesa é o melhor possível, pois preserva a voz do País nas instituições comunitárias.

Quanto aos resultados obtidos na Cimeira, Guterres salientou que são satisfatórios, referindo que «o peso de Portugal na ponderação de votos no Conselho é mesmo superior ao que decorria do documento apresentado pela presidência portuguesa. Portugal fica com 12 votos num Conselho de Ministros onde o máximo é 29 para os Estados-membros de maior dimensão». Além disso, Portugal vai ter 22 deputados no Parlamento Europeu a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Outra importante vitória obtida nesta Cimeira foi o perdão da multa aplicada pela Comissão Europeia aos agricultores açorianos que ultrapassaram as quotas de produção de leite. Além de perdoarem a multa da campanha de 1999/2000 aos agricultores açorianos, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze deverão dar sexta-feira aval a uma proposta de Bruxelas que isenta os produtores do arquipélago de multas, caso ultrapassem a quota de lei durante as três campanhas agrícolas.



PROMOVER MILITARES DE ABRIL É SERVIR A LIBERDADE

O «Acção Socialista» de 12 de Dezembro de 1982 transcrevia na íntegra a intervenção do camarada Salgado Zenha, na Assembleia da República, aquando da apresentação de um projecto de lei do PS que visava prestar uma justa homenagem aos militares de Abril, numa altura em que era extinto o Conselho da Revolução, no âmbito da primeira revisão da Constituição.

«Promover por distinção os militares de Abril também é servir a liberdade e Portugal», afirmava o brilhante parlamentar, camarada Salgado Zenha, referência incontornável da nossa democracia.

Para além de artigos de opinião traduzidos de grandes publicações europeias sobre grandes temas da actualidade política internacional, o órgão oficial do PS dava conta nas suas páginas da intensa actividade do PS enquanto principal alternativa de esquerda e progresso ao Governo da AD.

J. C. CASTELO BRANCO

12 de Dezembro

Quem disse?

«Tirando partido político da "détente" a URSS tornou-se a primeira potência militar do mundo, mas este poderio tem um calcanhar de Aquiles: uma economia deficiente»

Jacques Huntzinger,
secretário Internacional do PSF



Co-incineração Dar todas as garantias

O primeiro-ministro afirmou, no dia 12, em Lisboa, que o Executivo «vai cumprir as determinações» legais e da Assembleia da República em matéria de co-incineração de resíduos perigosos.

António Guterres falava no final da audiência com o Presidente da República, um dia depois de divulgado o relatório da comissão médica sobre a co-incineração e que deu o aval a este processo de queima de resíduos

industriais perigosos.

Agora, «a minha preocupação é a de garantir, na execução, que todos os princípios de salvaguarda dos interesses e da protecção da saúde pública são inteiramente respeitados», sublinhou Guterres.

Importa dar «todas as garantias» em matéria de salvaguarda dos interesses e direitos das populações, acrescentou o chefe do Governo.

Novembro Número de desempregados caiu

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) caiu 4,8 por cento, para 328.256 pessoas, em Novembro e face a igual mês do ano passado.

Este é o 47º mês consecutivo em que se regista uma diminuição do número de inscritos nos centros de emprego do IEFP. Entre Novembro de 1999 e igual mês deste ano, verificou-se uma redução do número

de inscritos em todas as regiões do País. Por segmentos, a maior diminuição verificou-se entre os desempregados com menos de 25 anos, com uma quebra de 12,2 por cento.

O número de desempregados de longa duração caiu 7,1 por cento, no mesmo período.

O número de inscritos do sexo masculino registou uma quebra de 7,7 por cento.

Congresso do MODERP Manuel Jerónimo reeleito

O camarada Manuel Jerónimo foi reeleito líder do MODERP, no decurso do Congresso desta organização de reformados e pensionistas da UGT, que decorreu no Hotel Roma, em Lisboa.

Nesta reunião magna, em que participaram 250 delegados vindos de todo o País, foi aprovado por unanimidade e aclamação o Plano Estratégico e Plano de Actividades para o triénio 2000/2003.

Durante o Congresso, foi ainda feita uma homenagem ao camarada Manuel Jerónimo, pelo empenho e dedicação à causa da melhoria das condições de vida dos reformados e pensionistas.

De salientar ainda a aprovação de uma moção por maioria, com três abstenções, a apresentar a todos os partidos com assento parlamentar, e em especial perante o actual Governo, em que se reivindica destas forças políticas que passem a incluir



nas suas próximas listas autárquicas e nacionais, uma representação digna de um sector (reformados e pensionistas) que representa mais de três milhões de portugueses.

Seguro insatisfeito com resultados de Nice

O presidente da delegação dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, camarada António José Seguro, manifestou-se, em Estrasburgo, insatisfeito com os resultados da Cimeira de Nice, pois considera que «houve calculadora a mais e política a menos»

Para o eurodeputado socialista, «a sensação que ficou foi a de que cada país estava lá para tratar de si e que a Europa do futuro resultará apenas da luta entre os grandes e os pequenos Estados».



GUTERRES SALVAGUARDOU INTERESSE NACIONAL

Naquela que foi a cimeira de chefes de Estado e de Governo mais difícil de sempre para Portugal, António Guterres liderou a contestação dos pequenos e médios países contra a tentativa das grandes potências europeias de subverterem as regras de equilíbrio existentes na União Europeia. De acordo com o primeiro-ministro, o acordo saído da presidência francesa é o melhor possível, preserva a voz do país nas instituições comunitárias e, por isso, deverá ser ratificado pela Assembleia da República. Portugal vai dispor de 12 votos no Conselho de Ministros da União Europeia e ficará com 22 lugares no Parlamento Europeu. Na Cimeira de Nice, Portugal também conseguiu com que fosse perdoada a multa aos agricultores açorianos produtores de leite.



Já na madrugada de segunda-feira o chefe do Governo português compareceu perante os jornalistas para lhes dizer que, em Nice, Portugal e a União Europeia enquanto projecto de construção política haviam conseguido o melhor resultado possível ao nível da reforma das instituições, tendo em vista o futuro alargamento. «Portugal viu confirmada a melhor das possibilidades», declarou António Guterres, para quem, «a partir de agora, o alargamento pode avançar».

Quanto aos resultados da cimeira, o Primeiro-Ministro salientou que são satisfatórios, referindo que «o peso de Portugal na ponderação de votos no Conselho é mesmo superior ao que decorria do documento apresentado pela presidência portuguesa. Portugal fica com 12 votos num Conselho de Ministros onde o máximo é 29 para os Estados-membros de maior dimensão», explicou. No entanto, na perspectiva do secretário-geral do PS, torna-se evidente que «este não é o esquema que mais facilita a tomada de decisões. Nós defendemos um sistema de dupla maioria e acabámos por ter um sistema de tripla maioria», comentou o primeiro-ministro. De qualquer das formas, António Guterres acrescentou que «o maior equilíbrio de votos no interior do Conselho e o facto de os limiares de maioria qualificada terem sofrido uma redução, conseguindo-se que em 2005 estejam abaixo do seu nível actual, permitem pensar que os bloqueios previsíveis perante decisões não serão tão grandes quanto se chegou a temer».

De acordo com António Guterres, em Nice, Portugal «lutou não tanto por números, mas, sobretudo, por princípios». Por essa razão, espera que a Assembleia da República

ratifique o Tratado de Nice, que considerou ser «um bom acordo para a Europa e para Portugal. Não é a mim que me compete, neste momento, dizer como é que os deputados vão votar. Compete-me exprimir a esperança de que ratifiquem o tratado», disse António Guterres.

Agricultores açorianos beneficiados

Uma importante decisão tomada logo na abertura dos primeiros dias da cimeira de Nice – e que constituiu uma importante vitória do Governo português – foi o perdão da multa aplicada pela Comissão Europeia aos agricultores açorianos que ultrapassaram as quotas de produção de leite. Além de perdoarem a multa da campanha de 1999/2000 aos agricultores açorianos, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze deverão dar sexta-feira aval a uma proposta de Bruxelas que isenta os produtores do arquipélago de multas caso ultrapassem a quota de lei durante as três campanhas agrícolas.

Por outro lado, foi abandonada a ideia da semana passada de conceder de conceder uma ajuda de seis milhões de contos para apoiar a compra de quota de leite aos agricultores do continente para a transferir para os Açores. Em vez disso, o dinheiro poderá ser utilizado em apoios para os produtores de leite diminuírem a sua produção actual e passarem a produzir mais carne bovina e resolverem definitivamente o problema do excesso de produção de leite. A solução que será definida vai ser introduzida nas alterações do POSEIMA, o quadro de ajudas aos Açores como região ultraperiférica comunitária.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, afirmou recentemente na sede do Parlamento açoriano, na Horta,

que a Comissão Europeia tinha decidido propor à cimeira de Nice a inclusão de mais 68 mil toneladas de leite na quota dos produtores açorianos.

Outra notícia importante é a que se relacionou com a decisão de Bruxelas de autorizar ajudas a Portugal no valor de 14,6 mil milhões de euros, ou 2,9 mil milhões de contos no âmbito do objectivo um do Quadro Comunitário de Apoio entre 1994 e 1999, de acordo com o 11º relatório anual da Comissão Europeia sobre a execução dos fundos estruturais.

Das ajudas aprovadas ao abrigo daquele objectivo que apoia as regiões menos desenvolvidas, 130 mil milhões de euros foram pagos, o que coloca a taxa de pagamento portuguesa nos 88 por cento. A taxa de execução financeira atingiu os 99 por cento. Ou seja, em ambas as taxas Portugal ficou muito acima da média comunitária. O relatório considera que a execução dos programas comunitários em Portugal foi marcada, no ano passado, «pela recuperação do atraso em determinadas intervenções», o que «assegurou o êxito» do II Quadro Comunitário de Apoio. Quanto à taxa de pagamentos, «representa uma excelente execução, considerando que os pagamentos poderão prosseguir até ao final de 2001».

Evolução nos fundos estruturais

Em Nice, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze chegaram a acordo para que as decisões dos fundos estruturais e de coesão passem a ser tomadas, a partir de 2007, por maioria qualificada. A supressão do direito de veto na política comunitária de apoio aos países menos prósperos da União Europeia (coesão económica e social)

era uma das vertentes da reforma institucional europeia que suscitava reservas a Portugal e à Espanha.

No entanto, Lisboa e Madrid aceitaram a alteração, na condição de a mesma só entrar em vigor depois de concluídas as negociações sobre as perspectivas financeiras da União Europeia e o próximo pacote de fundos comunitários, para o período após 2007. Está prevista ainda uma cláusula de segurança, segundo a qual «caso as perspectivas financeiras não tenham sido adoptadas até 1 de Janeiro de 2007, será adiada a aplicação da regra da maioria qualificada. Portugal garante assim que terá direito de veto para bloquear eventuais questões relacionadas com os fundos comunitários na elaboração do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que se inicia em 2007 e que deverá terminar em 2013, se tiver a mesma duração do anterior, actualmente em aplicação.

As decisões relacionadas com os montantes globais e a repartição dos fundos pelos vários Estados-membros continuarão, no entanto, a ser tomadas com o acordo unânime dos chefes de Estado e de Governo dos Quinze.

Por outro lado, em Nice, continuam a avançar vários domínios da política social europeia definida na Cimeira de Lisboa, realizada em Março deste ano. Como progressos mais relevantes, refere-se o nível apreciável de concretização do plano de massificação da Internet na Europa, bem como ao nível da generalização das novas tecnologias e do desenvolvimento da comunidade como um espaço de investigação, com uma política de inovação. A modernização dos sistemas de protecção social para garantir o futuro dos fundos de pensões, tendo em conta o envelhecimento da população europeia, é outra das prioridades.

SAMPAIO INSISTE NO COMBATE À ABSTENÇÃO

O candidato apoiado pelo PS às presidenciais, Jorge Sampaio, apelou no dia 11, em Beja, ao combate à abstenção e incentivou à participação dos eleitores, independentemente das suas opções políticas.

«A abstenção não beneficia este ou aquele. Não interessa, aliás, quem pode beneficiar e é um péssimo sintoma que se possa pensar assim», garantiu Jorge Sampaio na sua deslocação à capital alentejana para inaugurar a sua sede de campanha na região e apresentar os mandatários distrital e concelhios da mesma.

«A reeleição não é uma rotina e não é inevitável que um candidato que aparece à reeleição seja necessariamente reeleito», afirmou.

Aproveitando a localização da sede em pleno centro histórico da cidade, nas Portas de Mértola, e as dezenas de habitantes que acorreram ao local, muitos com cachecóis alusivos à sua candidatura, o actual Presidente da República apelou à participação dos cidadãos.

«Esta campanha precisa da presença dos cidadãos, seja qual for a sua inclinação porque uma potencial abstenção, só porque se acha que é uma rotina, é má para a democracia portuguesa», afirmou.

O candidato socialista, envergando um tradicional capote alentejano, não resistiu mesmo a uma bica naquele que é o mais antigo e frequentado café de Beja - o centenário Luís da Rocha.

«Os próximos anos vão ser essenciais e é isso que eu quero discutir na campanha. O combate às diferenças é um combate essencial na vida portuguesa, quer sejam as diferenças entre pessoas que não tiveram as mesmas condições de estudar e aprender quer as existentes entre as regiões ou as tão graves diferenças que ainda subsistem no desenvolvimento do País», referiu.

O candidato apoiado pelo PS convidou ainda os seus apoiantes a mobilizarem-se em torno da sua candidatura «como se fosse a primeira vez» e garantiu que a mesma vai assentar em alguns pilares básicos: «Sem gastar dinheiro escusado, austeridade nos meios, forte na convicção e nos temas».

Assimetrias regionais

Sempre com um discurso marcado por questões como justiça, tolerância e combate às assimetrias regionais, Jorge Sampaio referiu-se também ao Alentejo para reconhecer que a região precisa de mais investimento mas para exigir também «mais capacidade de iniciativa» e fixação dos jovens.

Por seu turno, o director da campanha no Baixo-Alentejo e responsável distrital do PS, camarada Luís Pita Arneira, aludiu na sua



intervenção à candidatura de Fernando Rosas, pelo Bloco de Esquerda (BE), e criticou o mandatário nacional dessa mesma campanha, o arqueólogo Cláudio Torres.

«Li há poucos dias num jornal regional, um

colega a insurgir-se contra o facto desse mandatário utilizar os serviços que dirige (Campo Arqueológico de Mértola) para fazer campanha pelo candidato. A isenção e a imparcialidade de todos aqueles que têm responsabilidades políticas é absolutamente essencial», exigiu.

Vários autarcas do distrito marcaram presença na deslocação de Jorge Sampaio, não só os quatro do PS mas também o edil de Castro Verde, Sousa Cairos, que, sendo independentemente eleito pela CDU, já afirmou que apoia o candidato socialista.

O mandatário da campanha de Sampaio no distrito, Justino Abreu Santos, ligado ao PCP, já foi presidente da Câmara de Odemira, eleito pela CDU.

Visita aos Açores

Jorge Sampaio defendeu sábado à noite a necessidade de haver «compromissos» para que se possa fazer «reformas sérias e inovadoras» em Portugal.

Jorge Sampaio, que discursava num jantar com apoiantes na ilha açoriana de São Miguel, sublinhou ainda que esse «impulso reformista» passa pela «capacidade de fazer compromissos» com os cidadãos que «temos e não pessoas ideais que não existem».

Neste âmbito, referiu também que esses compromissos têm de ser «sólidos e partir de desígnios estratégicos de renovação e inovação, sem serem para a rotina, para a

burocracia ou para o esquecimento». Para Jorge Sampaio, «tudo isto tem de ser feito com serenidade, em e no contexto de uma República moderna, que é orgulhosa do seu património e da sua identidade».

Reforço da coesão nacional

O candidato socialista às eleições presidenciais de 14 de Janeiro de 2001 destacou, por outro lado, a importância das autonomias regionais no «reforço da coesão nacional e na batalha do desenvolvimento». Frisou também que as autonomias regionais demonstram que existe uma «preocupação de solidariedade nacional que não se confina apenas ao espaço do continente, mas que se estende aos arquipélagos dos Açores e da Madeira». Jorge Sampaio afirmou que é preciso ultrapassar a «distância e o esquecimento» e «trabalhar para o desígnio estratégico fundamental que é melhorar a coesão do todo português».

«É preciso melhorar o desenvolvimento, fazer com que as diferenças se atenuem para que todos possam ter igualdade de oportunidades» - acrescentou, a propósito.

Jorge Sampaio concluiu afirmando querer um «Portugal livre, democrático, justo, solidário e desenvolvido para que finalmente possamos ver um horizonte mais limpo, mais produtivo e mais capaz de nos estimular».

Sampaio oficializou ontem candidatura a Belém

Jorge Sampaio entregou ontem, quarta-feira, no Tribunal Constitucional (TC) as assinaturas que oficializam a sua candidatura à Presidência da República.

Recorde-se que a formalização das candidaturas no TC, com um mínimo de 7.500 e um máximo de 15.000 assinaturas, termina amanhã, sexta-feira.

As eleições presidenciais realizam-se a 14 de Janeiro de 2001.

ESCOLHAS JUVENIS...

O Executivo socialista vai implementar um programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens denominado «Escolhas».

A decisão foi tomada na passada reunião de conselho de Ministros, que decorreu em

recursos já existentes por forma a contribuir para a sua optimização e rentabilização. O programa, destinado aos jovens dos bairros mais desfavorecidos dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, visa a formação social e pessoal, a formação escolar e



Lisboa, na quinta-feira, dia 6.

O Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens – «Escolhas» – tem por base um levantamento de dezenas de projectos e acções em curso e a audição de entidades que trabalham na inserção de crianças e jovens dos quais resultou a opção pelos 50 bairros onde se pretende que o «Escolhas» tenha projectos experimentais de prevenção da criminalidade e inserção de jovens.

Este programa assenta na realização de actividades que estimulam o desenvolvimento pessoal dos jovens e no desenvolvimento da comunidade onde se inserem, pretendendo avançar para uma intervenção imediata, selectiva (jovens com mais de 12 anos e bairros urbanos mais vulneráveis) integrada (interinstitucional e interdisciplinar) e em parceria, com vista a fazer convergir, para o mesmo plano, o conjunto de iniciativas, intervenções e

profissional e a formação parental.

Através da equipa técnica de cada projecto nos bairros e através dos mediadores jovens urbanos promover-se-á a reconstrução da relação dos jovens com respostas educativas, formativas, desportivas e de lazer social e dinamizar-se-á a criação nestes bairros/escolas de grupos informais ou formais de jovens que participem na construção das referidas respostas criando, entre os jovens, dinâmicas de inserção e de auto-regulação dos seus comportamentos.

Os mediadores jovens urbanos e as equipas de projecto devem levar aos bairros e aos jovens as respostas já existentes e devem criar, quando necessário, novas respostas de educação, de formação, desportivas e de lazer, em articulação com os serviços da educação, os serviços de emprego e formação profissional, de segurança social, de reinserção social, de saúde e de juventude.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «Escolhas»;
- Um decreto-lei que aprova as bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos vários associados, designada por Interior Norte e Resolução que aprova a minuta do contrato a celebrar entre o Estado Português e a Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA;
- Um decreto-lei que permite a transição do pessoal vinculado à função pública do Departamento de Jogos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa para as carreiras específicas do regime jurídico do contrato individual de trabalho a criar naquele departamento;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária que vem regulamentar o n.º 3 do artigo 114º do Código da Estrada, aprovando o regulamento respeitante ao nível sonoro admissível e ao dispositivo de escape dos automóveis;
- Um diploma que altera o prazo previsto no n.º 3 do artigo 13º e n.º 1 do artigo 16º, bem como revoga o n.º 3 do artigo 46º, do decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, que institui o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental;
- Um diploma que adita um artigo à Lei Orgânica do Ministério do Equipamento Social, aprovada pelo decreto-lei n.º 129/2000, de 13 de Julho;
- Um decreto-lei que extingue, à medida que vagarem, os lugares da carreira de servente existentes no ordenamento de carreiras da administração local;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a Carta Social Europeia Revista, aberta à assinatura dos Estados-membro do Conselho da Europa em Estrasburgo, em 3 de Maio de 1996, e assinada pela República Portuguesa nessa data;
- Uma proposta de resolução que aprova para assinatura o acordo entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Europeia para a Investigação Astronómica no Hemisfério Sul relativo à adesão de Portugal à Convenção da Organização Europeia para a Investigação Astronómica no Hemisfério Sul, assinado em Garching a 27 de Junho de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo de transporte aéreo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa, em 30 de Maio de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República do Panamá sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais, consulares e especiais, assinado em Lisboa, a 25 de Setembro de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República do Panamá sobre supressão de vistos em passaportes comuns, assinado em Lisboa a 25 de Setembro de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo-quadro de cooperação entre a República Portuguesa e a República do Benin, assinado em Cotonou a 21 de Junho de 2000.



O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado da Administração Interna, Carlos Zorrinho, reiterou, no dia 12, a promessa do Governo de ajudar os habitantes de Frades, Arcos de Valdevez, lesados pela tromba de água que atingiu a aldeia no passado dia 7.



«Vamos fazer o levantamento dos prejuízos, um processo que queremos que seja o mais célere possível, para depois, em articulação com a Câmara Municipal, ressarcirmos os lesados dos prejuízos e recuperarmos o património destruído», referiu Carlos Zorrinho.

O governante, que falava em Arcos de Valdevez, depois do funeral de três pessoas de Frades que morreram vítimas do mau tempo, garantiu ainda que as famílias desalojadas vão ter à sua disposição casas pré-fabricadas para se instalarem provisoriamente.

A tromba de água, que fez ainda uma quarta vítima, cujo corpo ainda não foi resgatado dos escombros, destruiu por completo duas casas e provocou sérios danos em mais três.

A Câmara de Arcos de Valdevez já anunciou que vai solicitar ao Governo a declaração de calamidade pública para o lugar de Frades, ao mesmo tempo que o núcleo local da Cruz Vermelha Portuguesa abriu uma conta de solidariedade na Caixa Geral de Depósitos, para ajudar as famílias lesadas.

A tragédia ocorreu pelas 15 e 30 da passada quinta-feira, quando uma tromba de água desceu pela encosta abaixo, arrastando consigo lama, troncos e pedregulhos, alguns deles com mais de uma tonelada, devastando tudo à sua passagem, incluindo as duas casas onde moravam as quatro vítimas.

AGRICULTURA

Os pequenos agricultores portugueses vão ter ajudas de até nove mil contos, através do Programa Agro, integrado no terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), afirmou, no dia 11, em Elvas, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O Agro tem por objectivo «dar estímulos e ajudas financeiras aos agricultores, a nível

individual ou a explorações agrícolas, agro-indústrias, lagares de azeite ou, mesmo, à instalação de indústrias», explicou Capoulas Santos.



O titular da pasta da Agricultura, que falava aos jornalistas no decorrer de uma visita às instalações da Agroraiana, sediada em Elvas, adiantou ainda que o novo programa conta com um reforço de 30 por cento dos meios financeiros relativamente a 1999.

«Pela primeira vez, vão existir apoios para a pequena agricultura familiar, ou seja, os pequenos agricultores poderão agora ter ajudas até nove mil contos, com financiamentos a fundo perdido, na ordem dos 50 por cento», disse. Capoulas Santos garantiu, ainda, que o programa está muito perto de entrar em plena execução, uma vez que 90 por cento das portarias foram já publicadas em Diário da República.

Em reunião com diversas Associações da região do Alentejo, a Agroraiana entregou ao ministro da Agricultura um documento, assinado pelas Câmaras Municipais de Elvas e Campo Maior, onde justifica a necessidade de instalar uma fábrica de tomate na região.

O governante admitiu que a proposta «tem pés para andar», recordando que as negociações realizadas em Novembro, em Bruxelas, permitiram a Portugal aumentar a quota de tomate de 850 mil para 1,05 milhões de toneladas.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates assegurou, segunda-feira, em Portimão, antes de ser conhecido o aval do grupo médico à co-incineração, que o Executivo não avançará com processo de esse tratamento de resíduos industriais se se revelar perigoso para a saúde pública.

O ministro afirmou sempre que respeitaria as conclusões do grupo de trabalho médico, esperando o mesmo comportamento dos deputados, já que foi por iniciativa deles que se procedeu a novo relatório.

Falando no final da sessão solene comemorativa do Dia da Cidade de Portimão, a que presidiu, Sócrates sublinhou que caso o «relatório venha a

confirmar a co-incineração como o método adequado e sem risco para a saúde pública, o Governo prossegue com o sistema de tratamento de resíduos industriais».



«Se o relatório desaconselhar a co-incineração por ser perigosa para a saúde pública, o Governo abandonará esse método, mas se pelo contrário o relatório, do qual ainda não sei o resultado, confirmar a co-incineração como o sistema mais adequado e sem risco para a saúde pública, nós prosseguiremos», sublinhou.

DEFESA

O ministro da Defesa, Castro Caldas, assegurou no dia 9 que, em 2003, o primeiro «patrulha atlântico» deverá estar ao serviço da Armada para garantir a fiscalização da extensa zona económica exclusiva dos Açores.



A garantia foi dada pelo governante depois de uma reunião com responsáveis do executivo regional no gabinete do ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, no início de uma visita de três dias à região.

Castro Caldas sublinhou ainda o reforço dos meios aéreos para a fiscalização da zona marítima e intervenção na busca e salvamento em situações de catástrofe a

efectuar com os novos helicópteros pesados, cujo número para a região não está, para já, definido.

O ministro da Defesa garantiu que a autorização para a construção de uma «carreira de tiro» no interior da Base das Lajes, contra o parecer do representante do governo regional na comissão técnica, não coloca em causa a segurança das aeronaves civis e militares que utilizam aquela pista militar.

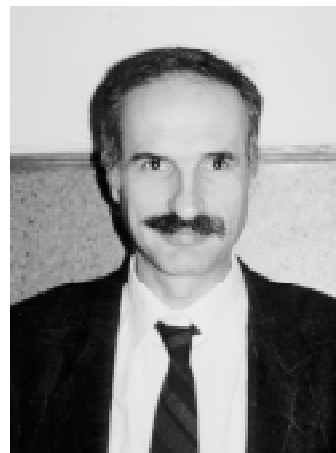
Os procedimentos adoptados nas carreiras de tiro respeitam todos os normativos ambientais e a sua concepção está de acordo com todas as outras que existem em todas as bases militares, frisou o ministro.

Castro Caldas remeteu para o final da visita, depois da sua deslocação às ilhas do Faial, Flores e São Miguel, os pormenores sobre as soluções encontradas para o futuro de parte do património militar edificado nas ilhas.

O ministro da Defesa sublinhou que muitas dessas soluções passam pela cedência às autarquias de instalações militares ou outras, como será o caso do Castelo de São Sebastião onde se encontra instalada a Marinha e que deverá ser no futuro uma Pousada de Portugal.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, afirmou, no passado dia 12, em Portalegre, que o sector vive uma fase de «luta pelas audiências», sendo necessário criar uma instituição forte para salvaguardar a ética e a deontologia.



Arons de Carvalho, que falava na cerimónia de abertura das V Jornadas de Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP), adiantou que a instituição a criar especificamente para questões éticas e deontológicas deverá incluir representantes dos jornalistas, das direcções e dos órgãos de Comunicação Social.

Em declarações à Imprensa, o governante admitiu que a Alta Autoridade para a Comunicação Social tem muitas competências, mas acrescentou que nem sempre conta com os meios humanos

necessários para responder a todas as solicitações.

Arons de Carvalho recusou, contudo, a ideia de o novo organismo ser criado por decreto, defendendo que o mesmo deve ter origem em iniciativas do sector da Comunicação Social.

Na cerimónia de abertura das Jornadas, o governante criticou as opções das estações de televisão, por concederem «maior importância aos interesses comerciais do que à informação» e, referindo-se à ética e deontologia, afirmou que esses valores são desrespeitados.

«Os jornalistas são, por vezes, vítimas da concorrência entre órgãos de comunicação», acrescentou.

As jornadas organizadas pela ESEP, que terminam hoje, incluíram um debate sobre «Jornalismo e Poder Político».

COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades afirmou-se, no dia 12, «satisfeito» com a aprovação da linha de crédito às vítimas portuguesas das cheias na Venezuela, no ano passado, esperando que rapidamente entre em vigor.



«Espero e tudo farei para que a aplicação dessa linha de bonificação de juros aos créditos para retoma de actividade seja rigorosa e beneficie apenas aqueles que foram na verdade vítimas da catástrofe», disse José Lello.

O governante alertou para a necessidade de se evitar «apropriações indevidas de um instrumento de solidariedade do Governo da República para com os portugueses martirizados da Venezuela».

Esta linha de crédito, recordou, junta-se à ajuda que levou, «em cima dos acontecimentos e que rondou os 115 mil contos». Recordou também que o programa de Apoio Social aos Idosos Carenciados (ASIC) está a ajudar mensalmente mais de uma centena de idosos em situação de exclusão social na região de Caracas.

Lello admitiu que os atrasos na concessão da linha de crédito provocaram problemas acrescidos aos portugueses que dela necessitam, mas referiu que apesar da espera e do desespero de alguns, a

«situação é calma».

«Nomeadamente no consulado de Portugal, que está aberto e a funcionar normalmente, apesar das especulações de que iria ser ocupado», afirmou.

DESPORTO

O ministro da Juventude e Desporto, Armando Vara, considerou, no dia 8, em Espinho, que «Portugal é um país em boa forma física no que respeita à área do desporto».



Vara, que falava na gala anual promovida pela Federação Portuguesa de Voleibol (FPV), referiu que «há um grande trabalho feito», muito do qual da responsabilidade dos presentes em Espinho, e que já deu frutos.

«O Governo está empenhado em que haja cada vez mais gente a praticar desporto e a desenvolver atletas capazes de cada vez irem mais longe e projectar Portugal no mundo», assegurou o ministro no encerramento da gala.

O governante afirmou que, desta forma, Portugal, que se encontra a desenvolver um projecto que visa atrair a realização e concentração no nosso país de grandes eventos desportivos, será reconhecido internacionalmente.

O desafio, a curto prazo, «é reunir as várias vontades num mesmo objectivo comum e trabalhar para que isso seja possível», declarou Armando Vara, que participou na entrega de alguns dos galardões anuais da FPV.

«Devemos continuar a lutar pelos nossos objectivos, sem desanimar, pois sinto que vale a pena. Vamos dar um grande contributo para que Portugal se deixe da imagem de atrasado e seja capaz de realizar grandes feitos», finalizou.

Vara dirigiu ainda palavras especiais de apreço para as duplas de voleibol de praia formadas por Miguel Maia e João Brenha e por Maria José Schuller e Cristina Pereira, pela forma «brilhante» como representaram Portugal nos Jogos Olímpicos.

FINANÇAS

O ministro das Finanças, Pina Moura, assinou, no dia 11, em Lisboa, o diploma que cria a linha de crédito para os

portugueses vítimas das cheias no estado de Vargas, na Venezuela, no ano passado. A criação da linha de crédito fora aprovada no Parlamento e os alguns atrasos na sua abertura têm levado a protestos da comunidade portuguesa na Venezuela, que chegou a ameaçar com a ocupação do Consulado até «chegar a linha».

A linha de bonificação de juros aos créditos para retoma da actividade terá, numa primeira fase, um montante até 1,5 milhões de contos, dos 500 mil contos se destinam à ajuda para perdas de bens pessoais e um milhão de contos para bens empresariais. Para beneficiar desta linha de crédito foram recebidas 155 candidaturas.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, presidiu, no dia 12, na Golegã, à cerimónia de assinatura do acordo de colaboração com a autarquia local, para a construção de casas destinadas ao realojamento de 19 famílias do concelho.



A construção destes fogos – dez na Golegã e nove na freguesia da Azinhaga – vai garantir o realojamento de 47 pessoas.

Este é o primeiro acordo de colaboração da Câmara da Golegã com o Executivo para a execução de projectos desta natureza.

A assinatura deste acordo contempla um montante global de investimento de 130,5 mil contos.

O Governo garante uma comparticipação a fundo perdido de 57,7 mil contos, com uma bonificação de perto de 70 por cento.

Para a conclusão do projecto, a Câmara da Golegã aprovou um autofinanciamento no valor de 14,8 mil contos.

ORDENAMENTO

O secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza afirmou, no dia 11, que o aval do grupo médico à co-incineração permite resolver, de imediato, o problema do tratamento dos resíduos industriais perigosos (RIP).

«Estão agora reunidas as condições para que, sem mais adiamentos, se avance para a resolução de um dos mais graves problemas ambientais do País», disse Pedro Silva Pereira, questionado, em Coimbra, pela Comunicação Social.

Silva Pereira sublinhou o facto de o parecer do grupo médico, presidido por Henrique Barros, ter confirmado a solução defendida pelo Governo.

«A solução preconizada pelo Governo já era conhecida e foi confirmada pela comissão de avaliação de impacte ambiental, depois pela comissão científica independente e, agora, pelo grupo médico constituído por força de lei da Assembleia da República», recordou o membro do gabinete do ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates.

TRABALHO E FORMAÇÃO

Todos os jovens até aos 25 anos inscritos nos Centros de Emprego vão ter uma proposta de trabalho no prazo de seis meses e os mais velhos dentro de um ano, garantiu, no dia 12, o secretário de Estado do Trabalho e Formação.



Paulo Pedroso falava na abertura da cerimónia de assinatura da Acta Constitutiva da Rede Regional para o Emprego (RRE) da Grande Lisboa.

«A partir de hoje e com a assinatura desta acta há um compromisso de dar resposta a todos os jovens inscritos no Centros de Emprego no prazo de seis meses e aos menos jovens no prazo de um ano», afirmou Pedroso.

A finalidade desta rede que abrange oito concelhos – Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira – é minorar os problemas de desemprego, de combate à pobreza, de exclusão social e de falta de qualificação das populações desta sub-região.

Para tal, foram identificados cinco eixos prioritários de intervenção: a inserção de jovens na vida activa; o desenvolvimento de competências de activos empregados; a reintegração de activos desempregados; a inserção de pessoas em risco de exclusão; e o desenvolvimento do espírito empresarial. No entanto, Paulo Pedroso mostrou-se preocupado com o elevado número de desempregados que depois de serem chamados «desaparecem».

«Mais de 40 por cento dos desempregados “desaparecem” quando são chamados para um emprego, especialmente a camada jovem», disse.

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Imigração

COMBATER OS FLUXOS ILEGAIS E O «DUMPING» SOCIAL



A deputada do PS Celeste Correia considerou, numa intervenção no Parlamento, que a legislação aprovada recentemente em Conselho de Ministros, e

que se encontra a aguardar publicação, «é uma boa lei, que visa combater a imigração ilegal e contrariar o "dumping social", através do regime de autorização de permanência, de carácter temporário mas renovável». Estas renovações, adiantou, «ficarão sujeitas, não a um regime de quotas mas a uma avaliação anual das necessidades de trabalho para os diferentes sectores de actividade económica, a realizar pelos serviços públicos de emprego».

A camarada Celeste Correia falava durante o debate no hemiciclo de São Bento sobre o regime jurídico que regula a entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Segundo sublinhou a deputada socialista Celeste Correia, «é uma lei que é já uma referência fundamental para os imigrantes, para a sociedade portuguesa e para outros

países que, como nós, buscam a justiça social nesta matéria».

Críticas à oposição

«A oposição que, infelizmente, como vem sendo hábito, evidencia a árvore, não tem a elevação e a coragem de evidenciar a floresta», acusou.

«A oposição percebe isto, mas sobretudo compreende que isto é perceptível para os imigrantes e para a sociedade portuguesa», disse.

Quanto à Cimeira de chefes de Estado e de Governo na altura da intervenção a decorrer em Nice, a deputada do PS referiu que «as grandes manifestações sindicais e outras realizadas em Nice têm a maior importância, mesmo quando assumem aspectos marginais menos desejáveis».

Significam, explicou, «que o povo pretende tomar directamente a palavra e influenciar decisões que a todos interessam, como, por exemplo, a Carta dos Direitos Fundamentais, a Europa Social, o combate ao racismo e xenofobia, a luta pela igualdade em relação aos trabalhadores imigrantes». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO PAULO PISCO

Cheque-medicamento

PROJECTO DO PP É IRREALISTA INCOERENTE E DEMAGÓGICO



O deputado do PS Paulo Pisco, numa intervenção no dia 6 de Dezembro, no Parlamento, desmontou, com dados irrefutáveis, nomeadamente financeiros, o incoerente

projecto-lei do PP sobre o cheque-medicamento, iniciativa de um partido conhecido pela sua overdose de demagogia e populismo para atrair franjas do eleitorado mais incauto e assim poder disputar a liderança da direita com um PSD fragilizado por lutas intestinas e por não apresentar um projecto minimamente credível para o País.

«A insustentabilidade económica deste projecto destrói o seu alcance social, a demagogia mata a sua suposta generosidade e o irrealismo deita por terra a coerência», afirmou o camarada Paulo Pisco.

O deputado do PS referiu que a iniciativa legislativa dos populares «é apresentada com um propósito político, mas acaba prejudicada por assentar num projecto elaborado de forma defeituosa e tecnicamente pouco reflectida e que até gera injustiça ao permitir que beneficiassem do cheque-medicamento os pensionistas cujos rendimentos acumulados fossem até aos 103 contos por mês».

Paulo Pisco lembrou a aprovação recente de um vasto conjunto de medidas sobre política de medicamentos, que visa garantir um

acesso em condições de equidade aos medicamentos e promover a sua utilização racional, tais como, entre outras, a revisão do sistema de comparticipações, as campanhas de informação dirigidas aos utentes e o redimensionamento das embalagens.

Na realidade, frisou, «ao contrário do que quer aparentar este projecto, não se pode dizer que exista uma preocupação de justiça social com os pensionistas».

Deputados do PP cabisbaixos e embaraçados

Em vez disso, «mais parece estarmos perante uma utilização abusiva das expectativas das pessoas com as dificuldades, assim postas ao Serviço de uma estratégia populista que está a ficar cada vez mais descontrolada». Dirigindo-se directamente aos deputados do PP, Paulo Pisco afirmou: «Nunca tivemos ilusões sobre o valor que para vossas excelências têm aqueles que vivem com mais dificuldades».

Depois desta frase, os deputados populares, cabisbaixos, não conseguiam disfarçar o embaraço que lhes causou esta frase assassina para a direita do deputado do PS. Mais uma vez a direita populista, do discurso dos pobrezinhos, tinha sido desmascarada por um parlamentar socialista.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA LUÍSA PORTUGAL

Tuberculose

DIALOGAR COM RIGOR

Adequar os recursos humanos e meios técnicos e promover a sua formação em serviço; alargar e melhorar o funcionamento das estruturas de prevenção reforçar os cuidados domiciliários e as condições das unidades hospitalares; continuar com o Plano Nacional de Vacinação e conhecer a avaliação da execução do Plano de Luta contra a Tuberculose.

São estes os cinco pontos essenciais da proposta de alteração ao projecto de resolução laranja, que alegadamente «recomenda ao Governo que reforce um programa específico e sério de combate à tuberculose».

O documento foi discutido, no passado dia 7, na Assembleia da República e mereceu a atenção e interesse do Grupo Parlamentar socialista.

Durante esta sessão plenária, a deputada Luísa Portugal assegurou que «o PS reconhece que as actividades desenvolvidas (no âmbito da luta contra a tuberculose) são globalmente positivas, quicá insuficientes».

«Temos que ter a noção de que a tuberculose, mais do que uma doença transmissível, é uma doença social e é neste contexto que está a sua resolução», considerou a deputada socialista.

Segundo Luísa Portugal, o GP/PS considera «avanços», sempre que se recomeça a falar do problema da tuberculose, porque, na realidade, ela nunca deixou de existir», embora tivesse sido negligenciada no passado por aqueles que agora fazem soar a voz de alarme.

A parlamentar do PS fez questão de recordar que «os governos socialistas sempre têm reconhecido e assumido a tuberculose como um problema grave de saúde pública», frisando que «iniciaram atempadamente medidas integradas para superar este problema, através

de um programa baseado na organização e métodos de trabalho, na eficiência dos componentes técnicos, na expansão da toma assistida sob observação e na avaliação do impacto das medidas implementadas».

É por tudo isto, entre outras razões, que o GP/PS, segundo Luísa Portugal, está aberto ao diálogo e ao debate de ideias, mas não se abstém de exigir rigor numa matéria de tamanha importância para a vida da população em geral. Sem embarcar em perspectivas catastrofistas e sem fugir à realidade, Luísa Portugal recusou encerrar a tuberculose como um fado insolúvel ou como um fatalismo.

«Há que afastar definitivamente do pensamento colectivo o estigma social desta doença», defendeu a deputada, lembrando que a tuberculose não é uma doença incurável e que «devido a medidas sistematicamente aplicadas, a sua incidência tem vindo a decrescer».

«Analisando os últimos dados referentes a 1998 (com incidência de 46 novos casos por cada mil cem mil habitantes) e fazendo a sua desagregação por idades, verifica-se um decréscimo importante nas crianças e um pico preocupante no grupo etário dos 25-34 anos», referiu a deputada.

Chamando a atenção para os contornos sociais desta doença, Luísa Portugal falou da «preferência» do Bacilo de Koch (causador da tuberculose) pelas classes urbanas desfavorecidas, pelos sem-abrigo, os imunodeprimidos pela Sida, os toxicodependentes e os vários deslocados e imigrantes.

Neste sentido, a deputada afirmou que os socialistas acreditam que a entrada em vigor da chamada nova lei da droga «vai facilitar também o conhecimento e controlo da tuberculose».

MARY RODRIGUES

PORTO

Requerimento

OS TRÊS PROBLEMAS DA VCI

Os deputados socialistas Francisco Assis, Manuel dos Santos e Afonso Lobão querem que o ministro do Equipamento Social e Obras Públicas providencie a «urgente resolução» de três problemas associados com a Via de Cintura Interna (VCI) da cidade do Porto.

Segundo os parlamentares do PS, tais problemas são do foro ambiental, da segurança rodoviária e, por fim, da segurança pública.

«O ruído emitido a partir da VCI atinge proporções tais que afecta negativamente a qualidade de vida das pessoas, quer no exercício das suas actividades diárias quer no período do seu repouso nocturno», lê-se no texto do requerimento apresentado na Assembleia da República, no passado dia 22, pelos três deputados.

Segundo Assis, Santos e Lobão, a reiterante defraudação por parte da administração central das expectativas dos moradores no sentido de resolver estes problemas justifica «um estado de irritação que permite antever a ocorrência de procedimentos certamente não desejados por ninguém».

Assim, os parlamentares socialistas solicitam

ao ministro Jorge Coelho informações sobre «quando e em que condições se irão instalar as barreiras acústicas na VCI e se procederá à substituição do piso actual por outro que diminua o grau de ruído emitido pela circulação de veículos».

Por outro lado, os deputados salientaram a «elevadíssima taxa de sinistralidade» da estrada em questão, pelo que defenderam a adopção urgente de «medidas que concorram para a superação de tão inaceitável situação».

Entre essas medidas encontram-se, segundo os parlamentares, «as relativas à construção dos nós de Francos e do Regado», pelo que solicitam esclarecimentos sobre o «grau de prioridade atribuído a esses empreendimentos», requerendo ainda a indicação da data previsível para o início das obras conducentes à sua execução.

Por último, os deputados eleitos pelo círculo portuense destacam o mau estado de conservação da rede de delimitação da VCI que propiciam assaltos a residências, advogando pela mudança da rede que delimita a VCI.

MARY RODRIGUES

CONVENÇÃO PARA COMBATER MAFIAS E POLVOS GLOBALIZADOS

Os Estados-membros da ONU estão reunidos desde segunda e até sexta-feira, em Palermo (Sicília), para assinarem uma convenção contra o crime organizado internacional, primeiro instrumento de luta contra as mafias mundiais.

Adoptada em meados de Novembro pela Assembleia Geral da ONU, a convenção parte do princípio de que só uma política mundial pode contrariar a actividade das organizações criminosas, que souberam explorar com mestria a abertura das fronteiras e a globalização económica para construir gigantescos impérios financeiros.

O ponto chave do texto é, por isso, a harmonização das legislações nacionais neste domínio, advogando nesse sentido a inscrição, pelos Estados signatários, nos respectivos códigos penais, dos crimes de participação em associação criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção e entrave ao bom funcionamento da justiça.

Por outro lado, o texto obriga os Estados signatários a facilitarem e acelerarem os procedimentos de extradição, a criarem programas de protecção de testemunhas e a estreitarem a cooperação judiciária

entre si.

Ele prevê ainda o reforço das actuais estruturas de polícia internacionais – Interpol e Europol –, a financiar através de um fundo constituído com o dinheiro apreendido aos criminosos.

Paralelamente à convenção, dois protocolos – um sobre o tráfico de seres humanos e o outro sobre o tráfico de imigrantes clandestinos –, estarão abertos à assinatura pelos 150 Estados representados em Palermo.

Depois de assinados, os três textos carecem de ratificação pelos Parlamentos de pelo menos 40 países, após o que poderão entrar em vigor. Para o chefe do departamento da ONU para o controlo de droga e prevenção do crime, Pino Arlacchi, isso poderá acontecer dentro de dois anos.

Palermo, cidade símbolo da mafia italiana, foi entretanto transformada numa autêntica cidade-fortaleza, com oito mil polícias e carabineiros especialmente destacados para a protecção do Palácio da Justiça, onde decorrerá a reunião, dos hotéis onde ficam alojados os elementos das 150 delegações esperadas, e do centro da cidade em geral.

GLOBALIZAÇÃO PODE AMEAÇAR DIVERSIDADE CULTURAL

Representantes da área da cultura de 50 países debateram segunda e terça-feira na sede da UNESCO, em Paris, a «Diversidade cultural: os desafios do mercado».

As sessões, estruturadas em mesas-redondas, abordaram diferentes aspectos relacionados com a diversidade cultural e a globalização. Portugal esteve representado na iniciativa pelo embaixador Jorge Ritto, diplomata português junto da UNESCO.

No discurso inaugural, o director-geral da Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Koichiro Matsuura, advertiu para o perigo que a globalização pode representar para a diversidade cultural.

«Num contexto de comercialização de produtos educativos e mais concretamente da falta de regulamentação de sistemas de ensino, é necessário defender o serviço educativo como um bem particular», disse. Matsuura instou a «lutar contra a standardização e o empobrecimento dos

programas educativos, pela promoção conjunta da diversidade de referentes culturais e linguísticos».

Em Novembro de 1999, esta problemática foi abordada por ocasião de outras mesas redondas, também organizadas pela UNESCO, com o tema

«A cultura e a criatividade perante a globalização».

Participaram como observadores na mesa-redonda deste ano representantes de Organizações Não Governamentais (ONG), «porque uma multiplicidade de agentes fazem hoje parte deste debate», disse Matsuura.

O objectivo da reunião é «alimentar um diálogo que permita trocar experiências e as vossas opiniões», acrescentou.

Os conferencistas abordaram, entre outros temas, a incidência dos desenvolvimentos internacionais nas políticas culturais a nível nacional e os riscos que estes desenvolvimentos podem gerar nos próximos dez anos.

INACREDITÁVEL A NÃO APROVAÇÃO DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



A delegação dos eurodeputados socialistas, num comunicado, «expressa a sua desilusão e insatisfação pelo Conselho Europeu de Nice ter decidido não atribuir carácter vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UE)». Para os eurodeputados socialistas portugueses, «é inacreditável que a UE tenha elaborado a Carta dos Direitos Fundamentais para os cidadãos europeus e, na hora da verdade, não lhe empreste o valor jurídico que o seu conteúdo merece». «Que pensarão os cidadãos europeus sobre as reais intenções dos chefes de Estado e de Governo dos Quinze ao recusarem a atribuição de força jurídica à Carta», perguntam os eurodeputados socialistas portugueses.

Mercados vencem cidadania

«Que União queremos construir quando somos tão rápidos na criação e alargamento de mercados, e tão lentos na

criação de mecanismos que permitam aos europeus exercerem a sua cidadania e poder invocar os seus direitos – inscritos na Carta – perante os tribunais.»

Os eurodeputados socialistas portugueses «não se resignam e, apesar de considerarem positiva a proclamação da Carta, continuarão a trabalhar para que esta seja integrada no Tratado da União Europeia como base fundamental da consolidação de uma Europa de valores».

Pescadores e leite

Num outro comunicado, os eurodeputados socialistas portugueses «congratulam-se com as decisões do Conselho Europeu de continuar a atribuir ajudas comunitárias aos pescadores afectados pela não renovação do acordo de pescas UE/Marrocos, e de permitir que os produtores açorianos de leite excedam as quotas de produção previstas para os próximos três anos, sem que sejam alvo de quaisquer sanções».

J.C.C.B.

MINISTROS DISCUTEM A HARMONIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Os ministros dos Transportes da União Europeia estiveram reunidos segunda e terça-feira em Paris.

Objectivo: discutirem a harmonização dos transportes ferroviários europeus.

Subordinado ao tema «Estados Gerais dos Transportes Ferroviários», a reunião que se realizou no Parque da Ciência e da Indústria, em La Villette, contou ainda com a presença do ministro dos Transportes suíço, Moritz Leueber.

No encontro foram discutidos «os objectivos sociais, ambientais, económicos e políticos» dos transportes ferroviários no espaço da

União Europeia.

Quer Portugal quer Espanha defenderam a plena integração na rede Europeia.

Na reunião, além dos governantes de Itália, Dinamarca, Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Reino Unido, Holanda, Irlanda, Suécia, Grécia, Espanha, Noruega, França, Suíça e Portugal participaram altos responsáveis técnicos ligados aos caminhos de ferro. A representação governamental portuguesa, além do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, incluiu ainda o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues.

POR UMA POLÍTICA DO ESTADO QUE RESOLVA O PROBLEMA DOS SOLOS

O VII congresso nacional do movimento cooperativo da habitação reclamou do Governo a instituição de políticas que tornem possível a disponibilidade de terrenos para a produção de, pelo menos, 6000 fogos por ano.

Esta foi uma das conclusões do congresso que encerrou em Faro, com a presença da secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, e em que participaram cerca de duas centenas de responsáveis das cooperativas de habitação do País.

«Tem que haver uma política do Estado que resolva o problema dos solos», disse na sessão de encerramento o presidente da federação nacional das Cooperativas de Habitação, Guilherme Vilaverde.

O representante do movimento cooperativo da habitação sublinhou que é através das cooperativas que muitos dos problemas sociais em termos de habitação podem, ser resolvidos, mas alertou para a falta de terrenos para a construção a custos controlados.

«É uma matéria que está fora da alçada do Governo», afirmou na sua intervenção Leonor Coutinho, acrescentando tratar-se de uma competência exclusiva dos municípios e dos



organismos responsáveis pelo ordenamento. Leonor Coutinho afirmou que se a legislação sobre loteamentos estivesse a ser cumprida - estabelece que pelo menos 20 por cento dos solos sejam destinados à construção a custos controlados - o problema não se colocaria.

«Temos terrenos destinados à urbanização que dariam para construir 50 a 60 milhões de casas para os portugueses», acrescentou, situando o cerne do problema na especulação imobiliária, com os construtores

a retardarem as construções, em conformidade com os seus interesses económicos.

«Não passa pela cabeça de ninguém que na Alemanha ou na França se tenha um alvará para determinada construção e que ela não se faça nos prazos previstos», frisou.

O flagelo insustentável da especulação imobiliária

O diagnóstico foi feito pela secretária de Estado, faltam agora medidas concretas que ponham termo ao flagelo da especulação imobiliária.

O Estado deve ter um papel interventor e regulador no mercado da habitação, distorcido pela ganância dos especuladores. É uma situação insustentável. Os habitantes das grandes cidades não podem continuar a ser expulsos para a periferia, dado o enorme custo das habitações nos grandes centros. O mercado, num bem social como a habitação, não pode funcionar livremente à mercê daqueles que não jogam as regras do jogo e inflacionam o preço dos fogos.

Leonor Coutinho manifestou esperança de que a reforma da contribuição autárquica, penalizando os loteamentos não

construídos e as casas construídas, mas não utilizadas, venha a contribuir para a resolução do grave problema dos solos, assim como a revisão dos planos de ordenamento do território.

No entanto, a secretária de Estado considerou que o problema habitacional não se coloca hoje com a mesma acuidade de há alguns anos atrás, uma vez que «temos cinco milhões de casas e 3,3 milhões de famílias».

A governante lançou um desafio ao sector cooperativo para se especializar em trabalhos de «recuperação, reabilitação e manutenção», formando profissionais nestas áreas que, assegurou, são bons empregos no futuro.

Os responsáveis pelas cooperativas de habitação afirmam, contudo, que o movimento cooperativo continua a ter «um papel fundamental na resolução do problema da habitação social em Portugal».

Nesse sentido, e além da reclamação de solos para a construção a custos controlados, as conclusões destacam a importância da decisão do Governo em permitir às cooperativas participarem no PER, desde que possam usufruir dos fundos que lhe estão associados. J. C. C. B.

CANALIZADOS 20 MILHÕES DE CONTOS PARA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, assegurou, no dia 11, em Braga, que até 2006 serão investidos 20 milhões de contos em acções de educação e formação profissional de adultos.

«Vamos lançar 84 Centros de Reconhecimento e Validação de Competências com verbas do Quadro Comunitário de Apoio, e também vários cursos de educação e formação de adultos», declarou, vincando que em Portugal há três milhões de activos que têm qualificações académicas inferiores ao 9.º ano de escolaridade básica.

O governante falava aos jornalistas no final da sessão de apresentação dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que decorreu, na passada segunda-feira, na sede da Associação Comercial de Braga. No acto, que incluiu a assinatura de protocolos para constituição dos quatro primeiros centros, participou o ministro do Trabalho e Segurança Social, Ferro Rodrigues, o governador civil de Braga,

Fernando Moniz, a presidente da Agência de Educação e Formação de Adultos, Márcia Trigo e o presidente da Associação Comercial, Alberto Pereira.

Para o responsável pela pasta da Educação, «o défice de formação atinge um elevado número de activos, mas é preciso ter em atenção que a resposta específica à qualificação dos adultos passa, também, pela certificação das competências adquiridas».

«Não nos podemos deixar enganar pelas estatísticas aparentes, visto que um dos nossos problemas é o défice de conhecimento das competências que os adultos já adquiriram seja na sua vida escolar passada seja, sobretudo, na sua vida profissional», sublinhou.

Referindo-se aos Centros de Competência agora criados, Augusto Santos Silva disse que «a certificação é, por assim dizer, algo de incompleto, no sentido em que reconhecer e validar as competências que as pessoas já adquiriram é dizer-lhes que formação devem fazer para completar as que já dominam».

«Não se trata de um procedimento administrativo, mas sim de um processo de educação e formação, através do qual, em vez de remeter ou relegar os adultos para uma formação inicial, dá-se-lhes a possibilidade de completarem as competências», referiu o titular da pasta da Educação.

Para o ministro Ferro Rodrigues, «Portugal tem uma taxa de desemprego muito baixa, mas tem demasiadas pessoas empregadas com baixas qualificações, portanto à mercê de qualquer dificuldade da conjuntura económica».

«É por isso necessário que se complemente a acção levada à prática no domínio da educação com acções no domínio da formação de adultos e da formação contínua», sublinhou.

Ferro Rodrigues frisou que a certificação não é uma alternativa à formação e destacou que o Governo socialista tem objectivos ambiciosos em matéria de formação, através do Plano Nacional de Emprego, o qual envolve anualmente cerca de 10 por cento da população activa.

«Estamos a discutir, em sede de concertação social, uma medida que implica que ninguém com menos de 18 anos possa estar a trabalhar se não estiver ao mesmo tempo a fazer formação profissional precisamente para evitar que haja saídas prematuras do sistema de ensino», afirmou.

A criação dos Centros de Reconhecimento de Competências - que tem apoio dos dois ministérios - compete à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), mas os mesmos podem ser abertos por entidades públicas ou privadas locais.

Até ao momento estão criados Centros na Associação Comercial de Braga, na Associação Nacional de Oficinas de Projecto, na Escola Nacional de Bombeiros e no Centro de Formação Profissional do Seixal.

Até 2001 prevê-se que entrem em funcionamento um total de 24 estruturas similares e até 2006 o número previsto é de 84, distribuídos por todo o território nacional.



Albufeira

XI Congresso do Algarve

A Câmara Municipal de Albufeira vai patrocinar a realização do XI Congresso do Algarve, com um apoio financeiro de 750 contos.

O Congresso vai decorrer nos dias 11 e 12 de Maio, no Hotel Sheraton, em Albufeira.



Protocolo com associações de pais

Por outro lado, a autarquia vai assinar um protocolo de colaboração com a Federação Concelhia das Associações de Pais de Albufeira, com vista à cedência de um espaço para funcionamento da sede daquela associação.

Fafe

Orçamento ascende a 6,9 milhões de contos

A Câmara Municipal de Fafe deliberou aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano 2001, numa votação que teve os votos favoráveis da maioria socialista e os votos contra dos três vereadores da oposição.



Para um orçamento de 6,9 milhões de contos – o mais elevado de sempre da autarquia – o último plano do actual mandato «dá cumprimento aos compromissos por nós assumidos nos sucessivos anos» com os fafenses, segundo refere o presidente da Câmara, José Ribeiro, no texto introdutório. Isto porque não regista qualquer aumento das taxas e tarifas, reforça o investimento à custa do rigor da gestão, dá satisfação a mais de 80 por cento dos pedidos e expectativas das juntas de freguesia e multiplica por oito a afectação de recursos na educação e

ensino, por três a aplicação no sector da acção social e por quatro vezes nas áreas da cultura e desporto.

Faro

Projecto de Iniciação Desportiva com 1500 inscrições

O «Projecto de Iniciação Desportiva», uma das iniciativas da Câmara Municipal de Faro mais importantes no plano de desenvolvimento desportivo do concelho, realizada em colaboração com alguns clubes desportivos, tem procurado anualmente incentivar um maior número de jovens a praticarem actividades desportivas.



Para esta iniciativa, que irá realizar-se ao longo do ano lectivo, estão já inscritas 1500 crianças, com idades compreendidas entre os seis e os 12 anos.

Concerto de Natal

A Câmara Municipal de Faro e a Fundação Pedro Ruivo promovem em conjunto um concerto de Natal, no dia 22 de Dezembro, pelas 21.30 horas, no auditório do Conservatório regional do Algarve, com a Orquestra Sinfónica de Ancara (Turquia).

Guimarães

Irmãos Castro divulgam concelho

A Câmara Municipal de Guimarães assinou um contrato de promoção do concelho com os dois atletas vimaranenses Domingos e Dionísio Castro, que, ao serviço do atletismo nacional, têm elevado a divulgação de Portugal.



Depois da influência destes dois atletas ter sido decisiva na aprovação do projecto que levou à construção do complexo de

atletismo na nova cidade desportiva da Veiga de Creixomil, os irmãos Castro passarão agora a envergar equipamentos desportivos com referências à cidade de Guimarães.

Ovar

Remodelação do mercado municipal

Realizou-se no passado dia 4 de Dezembro, no salão nobre da Câmara Municipal de Ovar, a apresentação pública do projecto de reconversão e ampliação do mercado municipal, da autoria de Tércio Guimarães.



O projecto foi escolhido pelo júri do Concurso de Ideias, tendo em vista a reconversão deste importante equipamento municipal, que foi construído na década de 50. Para o presidente da Câmara, Armando França, «trata-se de uma indispensável obra de modernização de um equipamento que será destinado não só a mercado, mas também à sua utilização para realização de actividades culturais e de lazer».

Penha de França

Junta leva crianças ao circo

Cerca de 700 crianças das escolas do ensino básico e jardins-de-infância da Freguesia da Penha de França foram ontem, dia 13, ao Circo Atlas. Trata-se de uma iniciativa da Junta de Freguesia local, inserida nas comemorações da quadra natalícia. A Junta ofereceu ainda a todas as crianças um lanche e brinquedos.

Santo Tirso

Um ecocentro e 64 ecopontos

Para melhorar o ambiente em Santo Tirso já foram implantados no concelho um ecocentro e 64 ecopontos. Para muito breve está a conclusão da edificação de um ecocentro no concelho. Trata-se de um investimento de cerca de 140 mil contos. Com esta medida ambiental o concelho de Santo Tirso passa a dispor de um ecoponto por cada 500 habitantes e de um vidrão por cada 300 habitantes, colocando Santo Tirso entre os municípios com melhor qualidade em termos de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos (lixo).

Vila Franca de Xira

Mais 30 novas vias de acesso ao concelho

Maria da Luz Rosinha continua a sua revolução tranquila em Vila Franca de Xira. Os projectos nas mais diversas áreas sucedem-se. Recuperar o concelho da estagnação em que ficou mergulhado durante a anterior gestão da CDU é a palavra de ordem.

A construção de 30 novas estradas de acesso ao concelho de Vila Franca de Xira está prevista num Plano de Acessibilidades encomendado pela autarquia, anunciou o vice-presidente da Câmara.



Segundo disse aos jornalistas Carlos Silva no final da reunião do Executivo camarário, em que esta revolução nas acessibilidades foi decidida, a autarquia encomendou a uma empresa privada um documento que pretende ser um «estudo estratégico para os próximos anos» e onde estarão previstas as vias a construir para «desanuviar o tráfego» do concelho. A principal novidade do plano é a criação de «coroas periféricas» em Alverca, Vialonga, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo, que permitam retirar os carros do centro destas localidades.

Para a cidade de Vila Franca de Xira está ainda prevista um conjunto de novas vias, como a variante à cidade, que não só permitam retirar carros do centro, como também possibilitem a construção de acessos directos ao futuro Hospital.

Variante de Alverca

A variante de Alverca, que constituirá uma alternativa à EN 10, é outra das obras projectadas no plano de acessibilidades e, conforme explicou Carlos Silva, «é mesmo uma das obras prioritárias».

Quanto ao custo previsto para a construção de todas as novas vias, o vice-presidente da autarquia disse que, embora ainda não existam números concretos, «deverá rondar valores entre os 15 a 20 milhões de contos».

Contudo, conforme explicou o responsável, algumas das obras serão da responsabilidade dos promotores imobiliários, o que permitirá reduzir os custos.

«Mas, mesmo assim, e como a maioria serão vias municipais, a autarquia precisará de um forte apoio da Administração Central» concluiu.

PS EM MOVIMENTO

BAIRRO ALTO

Novos órgãos dirigentes

Na sequência das eleições realizadas em Setembro, tomaram posse os novos órgãos da Secção do Bairro Alto, em 24 de Outubro último, sob o lema «Por uma nova militância». A nova equipa do Secretariado propõe-se criar uma relação de proximidade com os militantes, criar uma biblioteca/medioteca dedicada ao tema «política» e abrir um ciclo de conferências vocacionadas à reflexão e ao debate.

Campanha de fundos

Entretanto, para fazer face às obras nas instalações da Secção, que se encontram já muito degradadas, foi aberta uma conta na Caixa Geral de Depósitos, no âmbito de uma campanha de angariação de fundos. O número da conta é: 0667003657930.

FAFE

Reunião da Concelhia

Na última reunião da Comissão Política Política Concelhia do PS/Fafe, foi eleito o novo Secretariado e reafirmado ao apoio à recandidatura do camarada Jorge Sampaio. A Concelhia do PS/Fafe congratulou-se ainda pelo resultado obtido pelo PS na recente eleição intercalar de 19 de Novembro, em Antime.

FRANÇA

PS apela ao voto nas presidenciais

A Federação de França do PS, num comunicado à Imprensa, apelou a todos os portugueses recenseados para se mobilizarem e votarem para as eleições presidenciais nos consulados portugueses, nos dias 12, 13 e 14 de Janeiro.

No comunicado, a Federação socialista convida todos os portugueses residentes em França e recenseados a exercerem a sua capacidade cívica.

«Dado que pela primeira vez a diáspora vai poder votar nas presidenciais, urge pesar nos destinos de Portugal, segundo a importância acrescida da comunidade emigrante», sublinhou.

O Secretariado da Federação de França do PS português, que se reuniu em Paris, «congratula-se com a candidatura do Presidente Jorge Sampaio a um segundo mandato».

Para esta Federação, «o Presidente Jorge Sampaio, nas suas inúmeras deslocações ao estrangeiro, realçou de maneira notável o nome e a dignidade de Portugal».

«O nosso país mereceu o reconhecimento devido e conquistou respeito e admiração no concerto internacional», frisou a federação, que se disponibilizou em prol da reeleição de Jorge Sampaio.

Por outro lado, os socialistas apelaram igualmente aos portugueses residentes em França para se inscreverem nos cadernos eleitorais, até ao dia 30 de Dezembro, «com vista à participação activa no próximo escrutínio municipal, em Março de 2001, votando e se possível ousando ser candidatos».

«Convém sairmos, finalmente, da invisibilidade, contarmos nas decisões da gestão político-administrativas municipais, nos locais de residência», lê-se no comunicado.

Saúdam também o esforço de quantos têm contribuído para uma maior informação cívica dos emigrantes, nomeadamente o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e a Federação das Associações Portuguesas de França (FAPT).

Estas acções – na opinião dos socialistas – «foram levadas a cabo, apesar da incompreensão e o morno acolhimento da parte dos oficiais autorizados, do meios de comunicação social portugueses e franceses, especialmente da RTP internacional».

O Secretariado da Federação de França do PS português considerou ainda «imperativo acabar com as análises provincianas e aproximativas dos problemas da emigração» para acabar com uma situação, onde os nacionais residentes fora do País, «sejam considerados um grupo de «palarmoides» ou de «pardais»».



VALONGO

PS contra «negócio» da Junta

O PS/Valongo criticou o que considera ser um «negócio» que a autarquia prepara com a sua congénere de Gondomar relativamente ao lugar de Ramalho.

«Tenta-se agora, de uma forma despudorada e revelando um inadmissível desconhecimento do regime que rege as consultas populares, fazer um negócio entre dois municípios geridos pelo PSD no sentido de aparentemente resolver uma situação vergonhosa», afirma o PS/Valongo em comunicado.

Os socialistas valongueses manifestam «toda a solidariedade» com a posição contrária ao «negócio» tomada pelo presidente da Junta de Freguesia de Valongo, a que pertence o lugar de Ramalho e onde o PS constitui a força política maioritária.

Terceiro-mundismo

O PS/Valongo acusa a Câmara de Valongo de ter «abandonado o lugar de Ramalho», onde considera viver-se «uma situação terceiro-mundista».

A posição do PS surgiu após a recente hipótese de a população do lugar de Ramalho, pertencente à freguesia e concelho de Valongo, se vir a pronunciar sobre a sua integração em Gondomar em consulta por voto secreto.

VILA REAL

PS critica Câmara laranja

Num comunicado, o PS/Vila Real manifesta-se contra a «marginalização» dos vereadores socialistas na Câmara local e demais oposição, que tem marcado a actuação do Executivo do PSD na gestão municipal, nomeadamente no que concerne à apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2001.

Défice democrático

«Não se pede aos vereadores do PS a sua colaboração para a definição de metodologias do Plano e Orçamento, nem se lhes solicita a participação nas reuniões preparatórias, apesar da atitude construtiva e participativa que estes sempre demonstraram na vereação», referem no comunicado os socialistas de Vila Real, indignados com este défice democrático.

Almoço de Natal do PS

Realiza-se no próximo dia 18, segunda-feira, no restaurante Papagaio da Serafina, em Lisboa, o tradicional almoço de confraternização dos camaradas funcionários e colaboradores do Partido Socialista, que contará com a presença do camarada António Guterres.

Em perspectiva, mais uma grande jornada de confraternização da família socialista em torno dos valores sempre actuais da liberdade, igualdade e fraternidade.

Entretanto, decorreu no passado dia 9, no salão da música, na sede nacional do PS, uma festa-surpresa com lanche dedicada aos filhos dos camaradas funcionários do Partido Socialista.





O ESTATUTO DOS DEPUTADOS

Há um ensaio de Bernard Crick, intitulado «Em Defesa da Política», que inclui em epígrafe o extracto de um editorial do «Times», de 1961, onde é citado Salazar pelo facto de este ter afirmado «detestar a política do fundo do coração». Evidentemente que não é preciso ir ao «Times» para sabermos isso, mas não deixa de ser significativo que um livro que pretende «contribuir para ajudar na tarefa de restaurar a confiança nas virtudes da política» tenha ido buscar, como referência negativa, o ditador português.

Na verdade, pode dizer-se, de uma forma esquemática, que com a I República se tinha iniciado um processo de modernização do Estado e da sociedade, mesmo se convulsivo, que o paternalismo repressivo salazarista travou, abençoado pela Igreja e suportado pela oligarquia agrária tradicional. Não é, pois, de espantar que, assente a poeira da radicalização ideológica do pós-25 de Abril e apesar das mudanças havidas entretanto, hoje se acabe por verificar que, teimosamente, ainda subsistem práticas e comportamentos oitocentistas no sistema político. Além de sobreviverem traços do salazarismo nas mentalidades, nomeadamente no que se refere ao antiparlamentarismo endémico, à demonização da política e ao desprezo pelo confronto de ideias.

Os recentes episódios em torno do voto do autarca e deputado intermitente Daniel Campelo teriam feito as delícias de Camilo ou de Eça, e é de antologia a entrevista por ele dada há uns tempos ao «Expresso». Está lá tudo: a desideologização; o populismo; a desconfiança em relação aos «letrados» e à capital; o elogio das virtudes da «simplicidade» rural e provincial; a visão do Parlamento, não como órgão de soberania onde se legisla em representação da nação, mas enquanto instância onde se traficam influências.

A este propósito é de aplaudir a forma corajosa como Francisco Assis e Jorge Lacão - entre outros parlamentares socialistas - defenderam a revisão do Estatuto dos Deputados e conseguiram levar a cabo tal tarefa. Não sem enfrentarem a resistência de um bloco de interesses transversais aos partidos e até de sectores do PSD que, em 1995, foi o principal responsável por aquele aborto legislativo chamado «pacote da transparência» produzido à pressa por razões eleitoralistas. Claro que não se pode isolar esse Estatuto, agora revisto nos seus diversos aspectos, da necessidade de ir mais longe na reforma do sistema político. De qualquer modo convém não ter uma visão, digamos, estreitamente administrativista desta reforma. No que concerne, por exemplo, ao sistema eleitoral, tenho acompanhado, desde há anos, os debates, lido «livros

brancos» e relatórios de comissões, e houve mesmo um momento em que quase me deixei convencer pelos que defendem a introdução de círculos uninominais. Actualmente renovei o meu cepticismo quanto a tal medida e temo mesmo que ela só viesse a contribuir para agravar as disfunções arcaizantes com que se depara a democracia e a instituição parlamentar no nosso país, dificultando a governabilidade e gerando instabilidade. Na linha do que realçou, em certa ocasião, o especialista alemão Dieter Nohlen, considero que as causas do desprestígio do Parlamento e dos deputados, da desconfiança dos eleitores em relação aos eleitos, da pouca qualidade do trabalho legislativo, têm raízes mais profundas e complexas que não se explicam, linearmente, pela representação proporcional consignada na Constituição. É verdade que as listas ajudam a esbater a identidade do candidato e a torná-lo mais dependente do aparelhismo partidário, no entanto é ilusório pensar-se que esta dependência não existe nos sistemas maioritários.

Sem prejuízo de se poderem fazer ajustamentos em certos aspectos processuais e na dimensão de alguns círculos (o de Lisboa elege 50 deputados), nas circunstâncias concretas do nosso país, outros problemas e fenómenos me parecem mais relevantes, tais como: a menorização da instituição parlamentar na cultura política

dominante; a forma e os critérios de constituição das listas e, portanto, a democracia interna nos partidos; o facto dos partidos se estarem a tornar, sobretudo, federações de grupos de pressão e de clientelas locais e regionais.

Neste sentido, foi um primeiro passo positivo ter-se procedido à revisão do Estatuto dos Deputados que tem uma incidência precisa no funcionamento e na imagem do Parlamento. O regime de acumulação disfarçada e de substituição que tem existido, e existirá até à próxima legislatura, enfraquece os mecanismos normais de controlo e de equilíbrio no sistema político-administrativo, retira eficácia e verdade ao exercício do mandato e impede a sua dignificação.

Ora uma das principais funções da Assembleia da República, para que a democracia representativa se consolide e corresponda às exigências do nosso tempo, deve ser, precisamente, a de contribuir para que se ultrapassem os pontos de vista particulares, o espírito de capela, o clientelismo local e predomine o interesse nacional. Para isto há que nela reunir cidadãos dedicados à causa pública que, de forma estável e competente, saibam associar, na sua acção legislativa, a defesa desse interesse à capacidade de entrosamento nas realidades do eleitorado que mais directamente representam.

In «Expresso»



RECOMEÇAR O DEBATE EUROPEU

Por irónico que pareça, raramente na história do processo europeu uma Conferência Intergovernamental (CIG), como a que nos conduziu até Nice, deixou um conjunto tão vasto de questões por resolver. Trata-se de uma mera constatação de facto e não de uma qualquer crítica à presidência francesa, porquanto ela se limitou a trabalhar na base do mandato consensualizado sob a nossa própria presidência.

Porquê, então, falar do que se situa fora da agenda da CIG 2000? Porque se trata, de facto, de uma agenda de futuro que não é possível esconder por muito mais tempo «sob o tapete», não apenas pela pressão dos factos, mas principalmente porque alguns não estarão disponíveis a avançar sem que ela seja contemplada.

Num plano imediato, julgo que há cinco temas a que não será possível fugir.

O primeiro prende-se com a chamada delimitação de competências, isto é, a fixação daquilo que, no futuro, terá um tratamento exclusivamente nacional, e o âmbito das questões que podem vir a ser

objecto de aprofundamento comunitário. Esta é uma exigência de certos países sujeitos a fortes pressões de natureza regional e que, curiosamente, pode vir também a contribuir para um apaziguamento das preocupações de outras opiniões públicas reticentes à integração europeia. Este novo debate sobre o princípio da subsidiariedade - porque é esta a designação própria do problema - virá, com toda a certeza, a estar na primeira linha da nova agenda europeia. Uma segunda questão tem a ver com a reorganização dos tratados comunitários, que se prende não apenas com a melhoria da sua legibilidade mas, essencialmente, com a sua arrumação por áreas em função da dignidade jurídica do respectivo conteúdo, com o objectivo, declarado ou não, de abrir caminho a modelos diferenciados para a aprovação e ratificação de futuras revisões. Esta é uma matéria de extrema sensibilidade, com um carácter polémico muito elevado, porque toca na questão dos poderes de ratificação dos parlamentos nacionais.

E aqui se abre uma terceira área que, cedo

ou tarde, terá que ser abordada: o eventual papel dos parlamentos nacionais na estrutura comunitária. Sendo esta uma matéria quase tabu para o Parlamento Europeu, que teme com razão poder vir a perder poderes por esta via, julgo, contudo, que ela virá a colocar-se a prazo, curiosamente nela podendo coincidir duas escolas diferentes. Com efeito, os soberanistas poderão encontrar aqui um terreno para a recuperação parcial do poder «cedido a Bruxelas», ao passo que os federalistas poderão ler a instituição de uma eventual segunda Câmara como um passo em frente no caminho para o seu desiderato.

Numa linha integracionista, o debate vai também retomar a questão da Carta dos Direitos Fundamentais, para além da proclamação feita em Nice. Definir o futuro estatuto jurídico da Carta, bem como a necessidade, ou não, da sua revisão, será um tema que certos Estados não abandonarão, como é o caso de Portugal. Finalmente, uma outra área delicada: a que se prende com a defesa e a segurança. Na discussão a caminho de Nice não foi

possível consensualizar em letra de Tratado os avanços já concretizados, na prática, nesta área. Há quem pense que a cobertura jurídica à luz da qual se está a trabalhar neste domínio não constitui uma base suficiente, nomeadamente quanto ao necessário escrutínio parlamentar, agora que os órgãos da UE (União da Europa Ocidental) estão em desactivação acelerada. Mas temos que ter consciência que estamos perante a contraposição de diversas culturas de defesa, cuja resultante não é, por ora, evidente.

São estes alguns dos temas concretos que o debate europeu do futuro próximo não pode ignorar. Se os projectarmos nos cenários de alargamento e na grande reflexão sobre as finalidades do modelo europeu que por aí anda, ambos ligados ao problema escondido das fronteiras últimas da Europa comunitária, estaremos perante uma agenda muito rica para entreter a imaginação europeísta nos anos que aí vêm. Haverá vontade para isso?

*Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
In «Expresso»



MECO - UM COMBATE OBRIGATÓRIO

O XIV Governo Constitucional criou o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), associando pela primeira vez a área do ambiente ao ordenamento do território. Esta decisão representa uma verdadeira opção política e não um mero arranjo de circunstância. A partir de agora, as decisões relativas ao ordenamento do território têm, necessariamente, de integrar e respeitar os valores ambientais.

É bom que fique claro, de uma vez por todas: há uma nova política e uma nova atitude de maior rigor na defesa dos valores naturais, em particular no litoral e nas áreas protegidas.

1. O caso Mecó é para esta nova política um caso exemplar. Esta urbanização estende-se por uma área de 67 hectares, numa frente de costa sobre a falésia de 1,5 quilómetros. São 216 lotes e 2227 fogos, na zona da praia da Ribeira de Prata, local classificado como Rede Natura 2000 e reconhecido ao nível da União Europeia como habitat natural prioritário, relevante para diversas espécies da flora e da fauna e incidente sobre área do litoral considerada Reserva Ecológica Nacional, atingindo ainda a Reserva Agrícola Nacional, para além de contrariar o próprio Plano Director Municipal de Sesimbra, que considera toda aquela zona como «espaço natural» não urbanizável.

O projecto Mecó viola todas as normas básicas em que se fundamenta o direito de ordenamento do território e constitui uma clara ameaça a valores muito relevantes do nosso património natural. Não resta, assim, ao Ministério do Ambiente outra alternativa

que não seja opor-se à sua concretização, recorrendo a todos os meios legais ao seu alcance, no exercício do mandato que lhe foi conferido pelos portugueses e consciente dos interesses públicos que lhe cumpre proteger, nos termos da Constituição e da lei. É da essência da democracia que os governos democraticamente legitimados prossigam com determinação as suas políticas, na defesa dos interesses da comunidade.

2. Ao tomar esta decisão, não se ignorou o longo litígio judicial travado entre o promotor e a Câmara de Sesimbra, que culminou com a sentença do STA determinando a emissão do alvará de loteamento em causa. Seria certamente mais fácil invocar a ausência de qualquer responsabilidade neste processo, dizer que nada mais se poderia fazer e escurar-se numa sentença de um tribunal. Acontece que o MAOT tem uma política, tem determinação e não se demite do exercício do que entende ser o seu mandato.

3. Todavia, ao opor-se à concretização deste empreendimento, o MAOT sempre afirmou que usaria todos os meios legítimos ao seu alcance e concluiu, com suporte no parecer de reputados juristas, que a sentença judicial em questão não poderia só por si legitimar um atentado ambiental, pelas seguintes razões:

a) Os direitos fundamentais ao ambiente e à qualidade de vida são direitos de natureza análoga a direitos, liberdades e garantias;
b) A existência de um direito de propriedade sobre certo território não se confunde com o direito de construir sobre o mesmo;

c) Portugal é um Estado de direito onde o direito de construir não pode sobrepor-se a direitos fundamentais e a valores constitucionalmente consagrados;

d) A decisão do tribunal nunca se pronunciou sobre a grave lesão do interesse público aqui presente, apenas reconhecendo que houve um deferimento tácito.

Assim, entendeu o MAOT participar os factos de que teve conhecimento ao Ministério Público, para que desencadeasse os meios que dependem da sua iniciativa, nomeadamente a suspensão imediata da eficácia do alvará de loteamento. O Ministério Público subscreveu o entendimento do MAOT nesta questão. Como é claro, o MAOT exerceu o seu mandato, assumindo as suas responsabilidades, no estrito respeito das regras do Estado de direito.

4. Mas foi sempre reafirmado que o MAOT usaria todos os meios legítimos ao seu alcance. Essa possibilidade apareceu quando os legítimos proprietários de uma parcela do terreno integrado no loteamento fizeram uma oferta de venda ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN). Por minha orientação e no cumprimento do que entendo ser o interesse geral, o ministério adquiriu a referida parcela de terreno, em acto que seguiu todos os trâmites legais, designadamente o controlo prévio por parte do Tribunal de Contas. Ao actuar desta forma, o MAOT esvaziou o conteúdo daquele alvará de loteamento. O ministério não violou qualquer decisão judicial. Limitou-se a exercer um direito - o de comprar um terreno. Irresponsável seria, pelas consequências danosas para o interesse público, não o fazer.

5. O MAOT actuou neste caso utilizando os instrumentos legais ao seu dispor e com total correcção. O rigor da nossa actuação impede-nos de considerar que se deva o que quer que seja a alguém por pretensos direitos adquiridos sobre bens alheios. O que se passa é muito simples: ninguém pode invocar um direito a construir sobre um terreno que não é seu. Aquele alvará de loteamento está pura e simplesmente esvaziado de conteúdo e impossibilitada a sua implementação, por responsabilidade dos próprios promotores, que não asseguraram a propriedade da totalidade dos terrenos.

6. Não há qualquer violação de qualquer acordo bilateral de protecção do investimento estrangeiro. Nenhum preceito destes acordos admite a violação das mais elementares normas e princípios de protecção ambiental e muito menos reconhece direitos adquiridos sobre bens que estão definitivamente na titularidade e posse de terceiros.

7. O Mecó é um combate obrigatório. Pelo que tem de substancial e pelo que tem de simbólico. Ele dá um sinal claro de uma nova política e de uma nova atitude. Desistir do Mecó seria comprometer todos os outros casos - Raso, Abano, Lagoa da Vela, etc. Sei que há muitos interesses que não hesitam em recorrer à desinformação, à intimação e à chantagem. Tenho, porém, a consciência clara de que a maior ameaça ambiental é a que pesa sobre a ocupação do solo e sobre o território. Neste caso, sei que não estou a fazer outra coisa que não seja cumprir o meu dever de ministro do Ambiente.

*Ministro do Ambiente

In «Diário de Notícias»



AS CONTAS DAS CAMPANHAS

Sampaio já afirmou, por diversas vezes, que vai fazer uma campanha «sóbria e austera», «de contenção» de custos, uma vez que está determinado a cumprir a nova lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Aplaudo os propósitos do candidato com a mesma convicção com que me congratulei com o facto de a referida lei proibir «a utilização, em qualquer caso, de materiais não biodegradáveis na afixação e na inscrição de mensagens de publicidade e propaganda». Finalmente, pensei entusiasmada, vou-me livrar do pesadelo dos pendões a agredirem a paisagem.

Renovo os aplausos, porque não vai ser tarefa fácil alterar a tradição e mexer com os hábitos das pessoas. Ter coragem para respeitar a letra e o espírito da lei, ainda que os adversários o não façam.

Olhando as práticas do passado, não será difícil apontar gastos inúteis e desperdício nas campanhas eleitorais de todos os partidos e

candidatos. São inegáveis os exageros cometidos. A profusão de meios e materiais utilizados, em crescendo de ano para ano, estavam a transformar as campanhas em feiras de vaidades e de ostentação de novoriquismo.

E que dizer dos atentados contra o ambiente? A poluição sonora e visual. Os muros carregados de cartazes. As árvores e os candeeiros cheios de pendões. E, no final, os passeios e os jardins esburacados, os cartazes desbotados e esfacelados e os horríveis pendões torcidos e meio pendurados a aumentar o trabalho das equipas municipais de recolha dos resíduos sólidos.

A Lei 23/2000 - que a Assembleia da República aprovou no último Verão - determina que «o limite máximo admissível de despesas» na campanha para a Presidência da República é de cinco mil salários mínimos, o que equivale a cerca de 300 mil contos.

O Presidente Sampaio já se comprometeu a não ultrapassar este valor e desafiou os adversários a fazer o mesmo. Mas parece que

ainda não obteve resposta. Será que os candidatos estão atrapalhados com a preparação do orçamento de campanha, exigível por lei e que deverá ser apresentado à Comissão Nacional de Eleições «até ao dia anterior ao do início da campanha eleitoral»? Ou será que já verificaram (pelo menos um deles terá razão para isso) que, feitas as contas, já pouco mais poderia gastar e ainda a precissão nem sequer chegou ao adro? Aguarda-se, com legítima expectativa, a divulgação dos orçamentos e das contas, para se ver quem fala verdade e quem nos quer atirar poeira para os olhos.

Trabalho não vai faltar à Comissão Nacional de Eleições, a quem compete fiscalizar tudo isto. Será interessante apreciar como vai exercer tal competência. Toma a iniciativa de penalizar eventuais sinais exteriores de abuso ou vai aguardar as queixas, seja das outras candidaturas, seja de qualquer cidadão? Dúvida pertinente, porque se não houver quem zele pelo cumprimento da lei, melhor fora deixar estar o que estava.

Com este novo figurino cheio de espaltilhos e proibições, é necessário definir bem as prioridades e gerir com muito rigor as finanças das campanhas. É que 300 mil contos pode parecer muito dinheiro, e é, mas não dá para extravagâncias, nem tão pouco para longos períodos de pré-campanha. O relógio financeiro começa a contar com a marcação da data do acto eleitoral. Ora, se tivermos em conta que cada «outdoor» não anda longe dos 200 contos e que o candidato do PSD já vai na segunda série e não deve ficar por aí, quanto sobra para os «mailings» e os folhetos, os indispensáveis brindes e os espectáculos para animar a malta, os alugueres das sedes de campanha, os carros, hotéis e viagens do candidato, os tempos de antena que custam dezenas de milhares de contos?

Em vez do técnico de «marketing» vindo da estranja (gratuitamente, presumo!), do que «o candidato dos não socialistas» precisa urgentemente é de um ilusionista para ver se consegue meter o Rossio na Betesga.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Poesia em Albufeira

A Galeria de Arte Pintor Samora Barros será palco, amanhã, a partir das 21 e 30, de um serão de poesia onde Mariana Jones e Paulo Moreira declamarão obra poética de autores portugueses. A exposição de cerâmica de Lourdes Pinto estará em exibição, na Galeria Municipal, a partir do dia 16, de segunda-feira a sábado, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Música em Cascais

Os Ala dos Namorados actuarão no Casino Estoril, o maior da Europa, amanhã, às 22 horas.

Livros em Coimbra

Homero Serpa apresenta, amanhã, pelas 18 horas, na Casa Municipal da Cultura, a sua obra mais recente – «Cândido de Oliveira».

Um dia depois (sábado), no mesmo local, será a vez de conhecer «Santa Clara-a-Velha, das origens ao nossos dias», uma obra de Teresa Mourão, apresentada por Carlos Rodrigues, às 15 horas.

Encontra-se patente ao público, na Sala da Cidade da Casa da Cultura, uma exposição de escultura de João Antero, intitulada «Três Actos Orgânicos».

Até ao dia 7 de Janeiro de 2001 poderá apreciar, no mesmo espaço cultural, a mostra de pintura «Estravagário», de Santa-Bárbara.

O concerto de Natal acontecerá, no próximo dia 19, às 21 e 30, também na Casa Municipal da Cultura, sendo um evento promovido pelo Conservatório Regional.

Artes em Fafe

A edilidade fafense promove, esta noite, uma sessão cultural, na Casa Municipal da Cultura, durante a qual será apresentada uma obra literária e inaugurada mais uma edição da mostra dos artistas locais.

O programa arranca pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, com a apresentação do livro «25 Anos de Jornalismo», de José Manuel Ribeiro Cardoso.

Depois, na Galeria Municipal, regista-se a abertura da XIV Mostra de Artes Plásticas de Fafe para artistas naturais ou residentes no concelho.

Amanhã, a Academia de Música de José Atalaya apresenta, a partir das 21 e 30, no estúdio Fénix, o 16º espectáculo da temporada «Música em Diálogo», em que será executada a peça «Natal na Internet». O IX Encontro de Coros de Música de Natal acontece, no próximo dia 20, na Igreja Nova de São José, às 21 e 30.

Pombos em Faro

A partir de amanhã e até ao dia 21 poderá

assistir, no Cinema Santo António, ao filme assinado por Ron Howard, «The Grinch». No mesmo espaço temporal, o Cinema Golden City exhibe «Sedutora Endiabrada», de Harold Ramis.

A capital algarvia vai ter oportunidade de assistir, entre os dias 15 e 17, à XXIX Exposição Distrital Columbófila (Standard/Sport).

Organizado pela Sociedade Columbófila de Faro, o evento conta com o patrocínio da autarquia local e decorre nas antigas instalações da FIAAL, no Largo do Mercado, nos seguintes dias e horários: sábado, das 15 às 22 horas; e domingo, das 10 às 17 horas. O dia de amanhã foi reservado para a entrega de pombos.

A partir do dia 20, «A Magia do Natal» poderá ser experienciada através de actividades lúdicas a decorrer no Museu Alberto Sampaio.

A Câmara Municipal e a Fundação Pedro Ruivo promovem um concerto de Natal, no dia 22, pelas 21 e 30, no Auditório do Conservatório Regional do Algarve, com a Orquestra Sinfónica de Ancara – Turquia.

Concerto em Guimarães

«Os verdes anos», de Paulo Rocha, é a película que poderá (re)ver no auditório da Universidade do Minho, pelas 21 e 45, no âmbito do ciclo «Século dos Filmes».

As pinturas originais de FG Machado serão expostas, a partir de amanhã e até ao dia 29, no Bar da Associação Convívio, com o título genérico «O Milénio de Guimarães». No âmbito do III Ciclo de Concertos de Música Sacra, o Grupo Coral de Olisipo apresenta-se, no dia 17, às 17 horas, na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Canções de Natal em Lisboa

O Teatro Tivoli, acolhe, no próximo dia 21, um concerto de Natal pela Orquestra Sinfónica da Fundação Bilkent (de Ancara, Turquia) acompanhada pelos solistas Boris Martinovich (baixo-barítono) e Lidija Horvat (soprano).

O espectáculo, a exemplo dos que se realizam em numerosas capitais nesta época do ano, incluirá canções de Natal e obras do chamado repertório popular clássico.

«White Christmas», de Irving Berlin; «Votre Toste», da «Carmen» de Bizet; «Rainha da Noite», da «Flauta Mágica» de Mozart; e «La Calunia», de «O Barbeiro de Sevilha» de Rossini; são alguns dos temas que a orquestra turca e os dois solistas interpretarão na segunda parte do concerto.

Conferências em Macedo de Cavaleiros

O Ciclo de Conferências «2000 Anos de Cristianismo» realiza-se a partir de amanhã, no auditório do Instituto Superior Jean Piaget, com o tema «Nascimento de Cristo e de uma Nova Civilização».

António Chainho actua no mesmo recinto, este sábado, dia 16, às 21 e 30.

Natal em Portimão

A Igreja Matriz será palco, nos dias 22 e 23, do concerto de Natal, estando ambos os espectáculos previstos para as 21 e 30. Uma festa de Natal aberta a todos os munícipes acontecerá, no dia 23, no Boa Esperança Atlético Portimonense.

Serigrafia em Santo Tirso

Organizada pela autarquia local, com o apoio da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, encontra-se patente ao público, até 7 de Janeiro de 2001, no Museu Municipal Abade Pedrosa, a exposição «Identidades».

No âmbito desta mostra, funcionará nas instalações do Museu, amanhã e no sábado, dia 16, um *workshop* de serigrafia destinada à comunidade escolar.

Laudas em Sesimbra

Realiza-se, amanhã, pelas 21 e 30, na Igreja Matriz de São Tiago, a sessão de lançamento do livro «Rezas Antigas do Povo de Sesimbra – Laudas à Minha Terra», da autoria do sacerdote Carlos Veríssimo e editado pela edilidade.

Durante a sessão de lançamento deste livro haverá lugar ainda para a actuação do cantor Francisco Fanhais.

SUGESTÃO

Canções Heróicas

As «Canções Heróicas» do maestro Fernando Lopes-Graça – a obra musical mais importante no sentido da luta pela democracia em Portugal – são agora revisitadas pelo agrupamento Negros de Luz.

O agrupamento, sob a batuta de Jorge Salgueiro, apresenta o seu trabalho no próximo domingo, dia 17, na Fonoteca Municipal, em Lisboa, por ocasião do 94º aniversário do nascimento do maestro tomarense.

O disco compacto, constituído por dez das 24 canções compostas por Lopes-Graça, foi gravado em conjunto integral na Igreja da Cartuxa, em Caxias (Lisboa), com instrumentação de Jorge Salgueiro.

Salgueiro está consciente da «audácia» que é «recontar» as «Heróicas» e reconhece mesmo, em declarações à Imprensa, «que provavelmente o Lopes-Graça não gostaria de alguns dos arranjos feitos».

Todavia, «um dos principais objectivos destas canções era torná-las canções de todos e para todos». Daí que «dar-lhes uma outra roupagem é perfeitamente lícito».

As Heróicas constituem uma verdadeira antologia da poesia antifascista, sublinha Jorge Salgueiro. Foram apreendidas, censuradas e proibidas, mas persistiram na memória do povo.

Cantadas em colectividades, prisões, no exílio, em convívios secretos e emitidas pela Rádio Moscovo, congregaram esforços e catalisaram vontades contra o Estado Novo de Salazar e Caetano.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Manusgrito

...E Deus criou o homem
Senhor de todos os gestos
Houve murmúrio de dedos
Requiem por um Paraíso
E abrimos as mãos em flor
Qual Sinfonia oponível
Eram pétalas de Esperanto
Sobre o jardim Natureza!

Tito António Magalhães
Rodrigues

ÓPERA
A Flauta Mágica
de Mozart
15, 16 e 17 de Dezembro, 21 horas
Pavilhão Atlântico
Parque das Nações – Lisboa



LYON E AS ELEIÇÕES

1 A necessidade de os emigrantes portugueses utilizarem a faculdade de votarem nas eleições municipais francesas impõe-se, face aos objectivos de participação na vida cívica e política francesa. A compreensão da Federação e das secções do PS em França para este problema, bem como das Federações de Associações de Emigrantes levaram à organização de um conjunto de acções em Lyon e em Paris, no sentido de se mobilizarem as comunidades portuguesas nas principais regiões de França para o voto.

2- Tive oportunidade de, no princípio de Dezembro, participar em dois debates na Rádio Lyonesa Trait d'Union e numa conferência de Imprensa com Gérard Collomb, candidato socialista à Câmara Municipal de Lyon. Numa sessão pública essencialmente dedicada à comunidade portuguesa e na qual participaram diversos candidatos franceses e uma grega, entrevistaram além de Gérard Collomb, o presidente da Federação do PS português em França, Manuel de Almeida e eu próprio.

Em diversas acções bem como nos debates na rádio, participaram Cardia Lima, presidente da Federação das Associações portuguesas do Rhône - Alps, Filipe Araújo, coordenador da secção do PS em Lyon e José Machado, presidente da Federação das Associações de portugueses em França e dirigente do Conselho das Comunidades Portuguesas, bem como o deputado Carlos Luís e o candidato à Câmara de Lyon, Gérard Collomb.

Visitámos, ainda o Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, onde eu próprio e Filipe Araújo apelámos a que as jovens e os jovens finalistas se inscrevessem nos cadernos eleitorais em Dezembro e usassem do correspondente direito de voto em Março.

3 - Num jantar num restaurante português e numa festa-convívio nos arredores de Lyon, o deputado Carlos Luís produziu intervenções de apoio à inscrição dos portugueses residentes em França nos cadernos eleitorais, o mesmo tendo feito José Machado na referida festa-convívio. O conjunto das acções desenvolvidas em Paris e em Lyon permitiu ainda apelar à participação dos portugueses residentes

em França na eleição presidencial visando a reeleição de Jorge Sampaio e a eleição histórica de «maiores» socialistas em Lyon e Paris, ultrapassando o longuíssimo domínio destas cidades pela direita.

- 4 - Paulo Pisco e Carlos Luís, com Francisco Assis desenvolveram acções no mesmo sentido, em Paris, num esforço triplo de
 - apelo à inscrição dos portugueses nos cadernos eleitorais para as autarquias locais;
 - apelo à votação nos candidatos socialistas franceses, nomeadamente em Lyon e Paris;
 - apelo à votação significativa em Jorge Sampaio, nas primeiras eleições em que os portugueses residentes em França e noutros países europeus votam.

A construção da Europa, se passa por cimeiras como a de Nice, passa também por acções concretas de sensibilização junto das comunidades portuguesas, incentivando-as a uma forte participação cívica e política, nas instituições francesas e portuguesas, usufruindo dos direitos que as legislações lhes conferem.

«É de aplaudir a forma corajosa como Francisco Assis e Jorge Lacão – entre outros parlamentares socialistas – defenderam a revisão do Estatuto dos Deputados»
Fernando Pereira Marques
Expresso, 8 de Dezembro

«Uma das principais funções da AR, para que a democracia representativa se consolide e corresponda às exigências do nosso tempo, deve ser, precisamente, a de contribuir para que se ultrapassem os pontos de vista particulares, o clientelismo local e predomine o interesse nacional»

Idem, ibidem

«O Meco é um combate obrigatório. Pelo que tem de substancial e pelo que tem de simbólico. Ele dá um sinal claro de uma nova política e de uma nova atitude»

José Sócrates

Diário de Notícias, 10 de Dezembro

«Desistir do Meco seria comprometer todos os outros casos – Raso, Abano, Lagoa da Vela, etc.»

Idem, ibidem

«Não acredito em políticos que não se comovam. Aprendi com o meu pai que os verdadeiros homens são os que choram»

José Jorge Leiria

Diário de Notícias, 9 de Dezembro

Ficha Técnica

Ação Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4ª, Massamá, 2745 Queluz



Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
 Ação Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Ação Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

